

Boletim Mensal de Estatística

SETEMBRO 2023



Título

Boletim Mensal de Estatística - setembro 2023

Editor

Instituto Nacional de Estatística, IP
Av. António José de Almeida, 2
1000 - 043 Lisboa
Portugal

Presidente do Conselho Diretivo

Francisco Lima

Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, IP

Publicação periódica

Mensal

Multitemas**Edição digital**

ISSN 0032-5082

ERRATA

Página 15 - Texto atualizado em 21-03-2024



Apoio | ao utilizador

218 440 695

Chamada para rede fixa nacional

O INE, IP na Internet

www.ine.pt

© INE, IP, Lisboa • Portugal, 2023

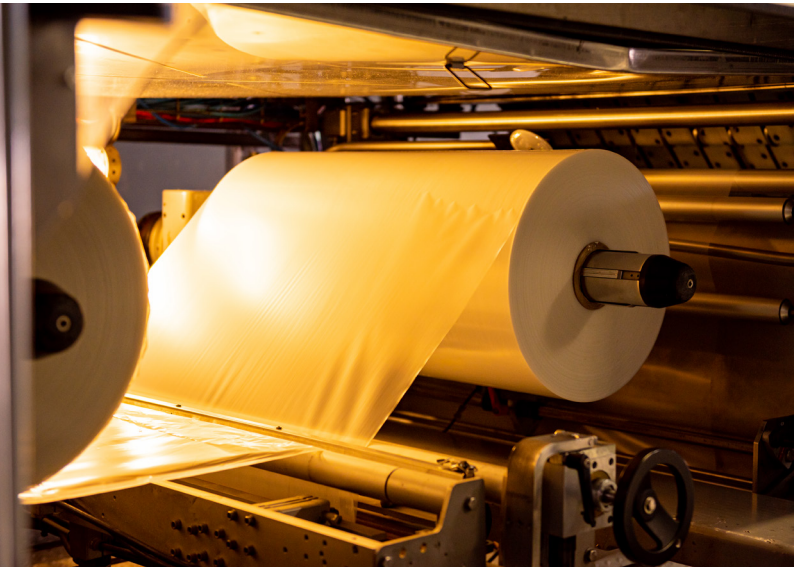
A informação estatística disponibilizada pelo INE pode ser usada de acordo com a Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0) da Creative Commons Attribution 4.0, devendo contudo ser claramente identificada a fonte da informação.



Índice

- 4** Índice de Produção Industrial – julho de 2023
- 6** Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas na Indústria – julho de 2023
- 8** Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego – agosto de 2023
- 10** Índice de Produção, Emprego e Remunerações na Construção – julho de 2023
- 11** Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação – agosto de 2023
- 12** Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação – agosto de 2023
- 13** Índice de Custos de Construção de Habitação Nova – julho de 2023
- 14** Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local – 2.º trimestre de 2023
- 15** Construção: Obras Licenciadas e Concluídas – 2.º trimestre 2023
- 16** Índice de Preços na Habitação – 2.º trimestre de 2023
- 18** Índice de Preços no Consumidor – agosto de 2023
- 20** Índices de Preços na Produção Industrial – agosto de 2023
- 21** Estimativa Rápida do IPC/IHPC – setembro de 2023
- 22** Estatísticas do Comércio Internacional – julho de 2023
- 24** Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas nos Serviços – julho de 2023
- 26** Estatísticas Vitais, Dados mensais – agosto de 2023
- 28** Tábuas de Mortalidade para Portugal, 2020-2022
- 30** Atividade Turística – julho de 2023
- 32** Atividade Turística, Estimativa Rápida – agosto de 2023
- 35** Atividades dos Transportes – 2.º Trimestre de 2023
- 36** Estatísticas Rápidas do Transporte Aéreo – julho de 2023
- 38** Síntese Económica de Conjuntura – agosto de 2023
- 40** Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores – setembro de 2023
- 42** Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho – agosto de 2023
- 43** Contas Nacionais Anuais – 2021 (final) e 2022 (provisório)
- 45** Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional – 2.º trimestre de 2023
- 46** Principais Agregados das Administrações Públicas – 2022
- 47** Procedimento dos Défices Excessivos – 2.ª Notificação de 2023

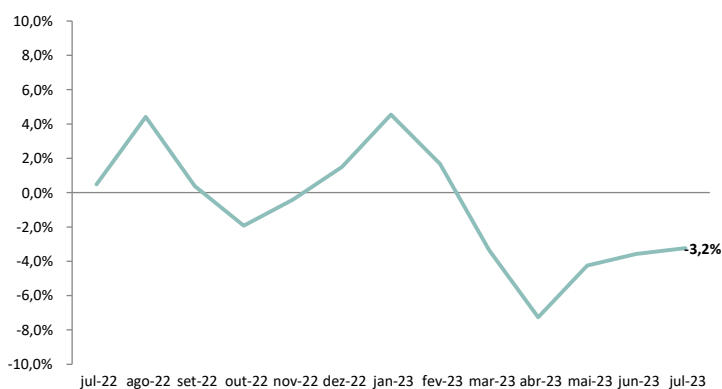
Produção industrial diminuiu 3,2%



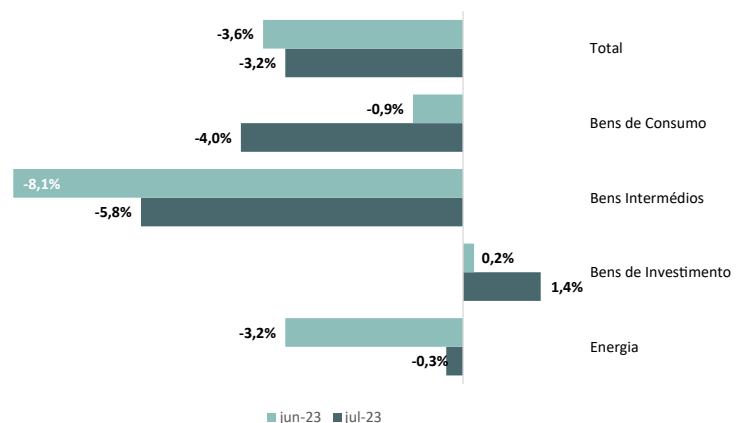
Em julho de 2023, em termos homólogos e considerando os efeitos de calendário e da sazonalidade:

- O Índice de Produção Industrial (IPI) diminuiu 3,2%, ou seja, 0,4 pontos percentuais (p.p.) menos rapidamente do que em junho;
- Excluindo o agrupamento “Energia”, a diminuição foi de 3,8%, 0,1 p.p. mais rápida do que no mês precedente;
- A taxa de variação da secção “Indústrias Transformadoras” situou-se em -4,5% (-4,4% em junho); e
- Dos grandes agrupamentos industriais que compõem o índice, apenas o de “Bens de Investimento” apresentou uma variação positiva.

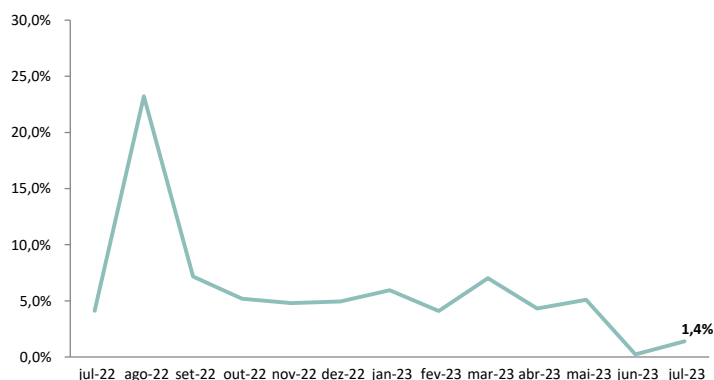
Índice de Produção Industrial
(variação homóloga)
Total



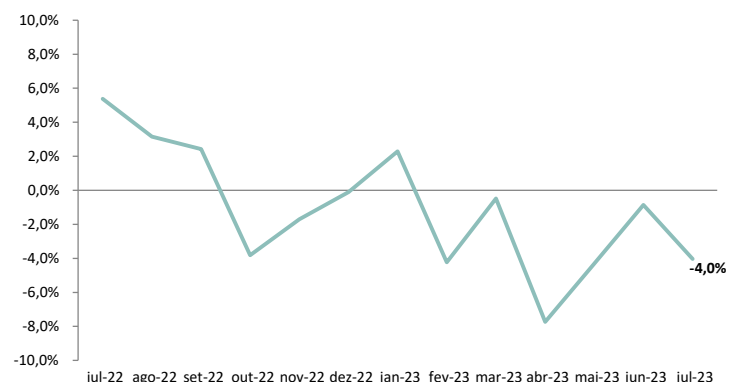
IPI - Total e Grandes Agrupamentos Industriais
(variação homóloga)



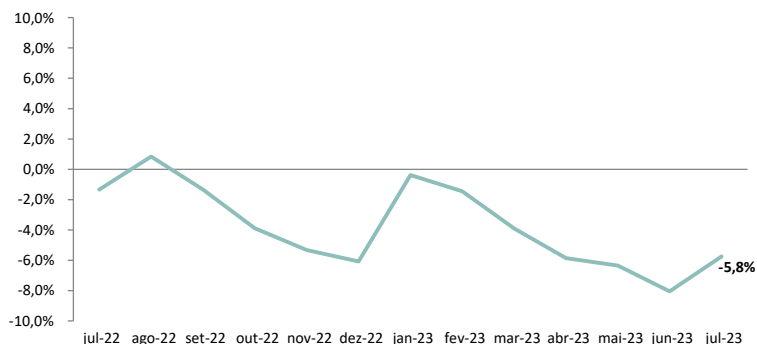
Índice de Produção Industrial (variação homóloga)
Bens de Investimento



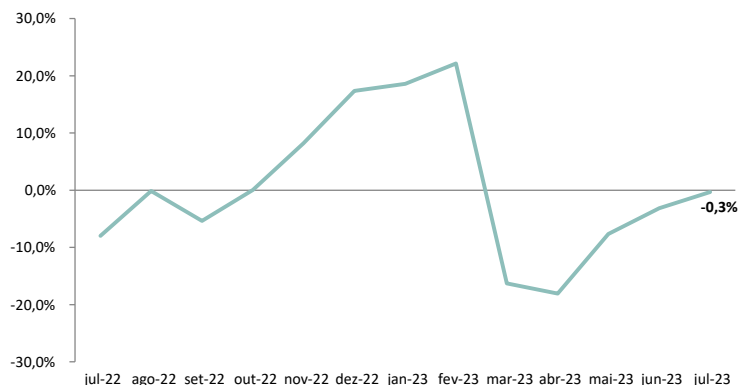
Índice de Produção Industrial (variação homóloga)
Bens de Consumo



Índice de Produção Industrial (variação homóloga)
Bens Intermédios



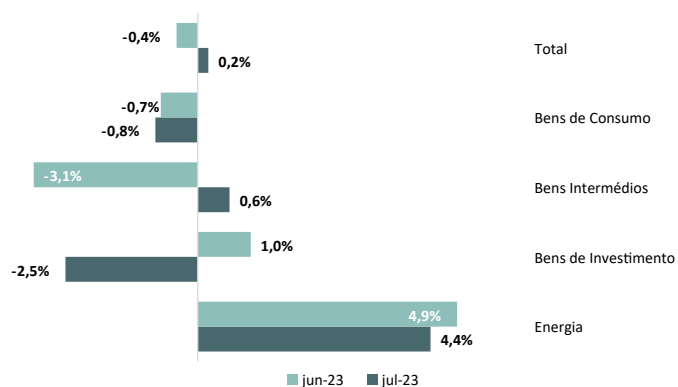
Índice de Produção Industrial (variação homóloga)
Energia



No que respeita a variação mensal, em julho de 2023:

- O IPI aumentou 0,2% (-0,4% em junho); e
- A taxa observada resultou de contributos positivos dos agrupamentos “Energia” e “Bens Intermédios” (0,7 p.p. e 0,2 p.p., respetivamente), e negativos dos agrupamentos “Bens de Investimento” e “Bens de Consumo” (-0,4 p.p. e -0,3 p.p., respetivamente).

IPI - Total e Grandes Agrupamentos Industriais
(variação mensal)



Volume de Negócios na Indústria diminuiu 7,7% em julho

Em julho de 2023, face ao mesmo mês do ano anterior:

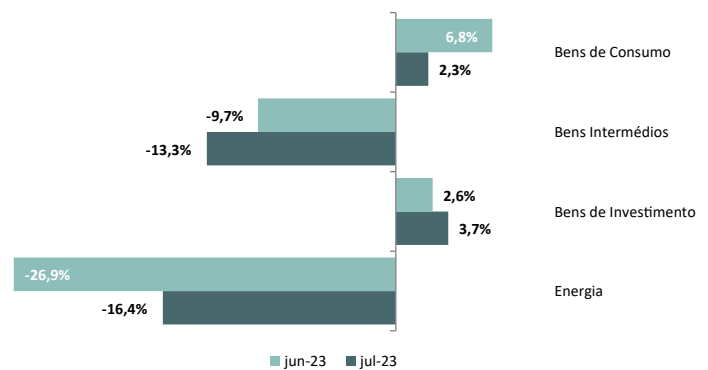
- O Índice de Volume de Negócios na Indústria (IVNEI) apresentou uma variação nominal de -7,7% (-7,9% em junho);
- Excluindo o agrupamento “Energia”, as vendas na Indústria decresceram 4,8% (-1,8% no mês anterior);
- O índice relativo ao mercado nacional diminuiu 4,1% (-5,8% em junho);
- O índice relativo ao mercado externo decresceu 12,5% (-10,6% no mês anterior);



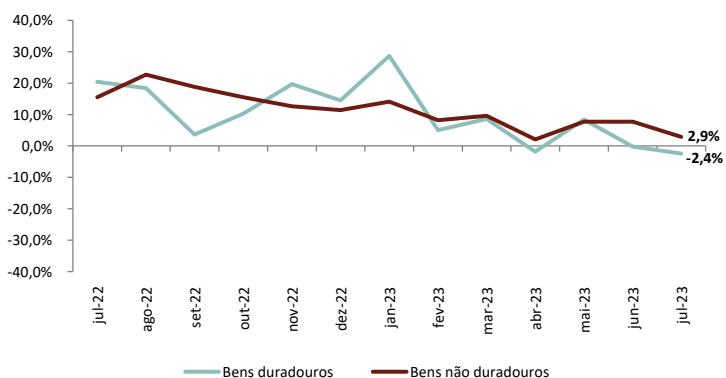
Volume de Negócios na Indústria
(variação homóloga)
Total



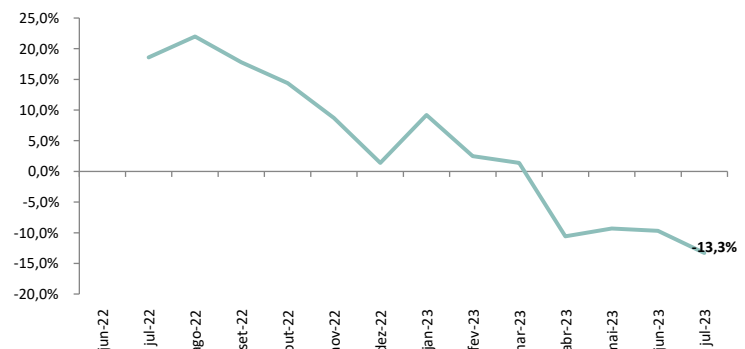
Volume de Negócios na Indústria - Grandes agrupamentos
(variação homóloga)



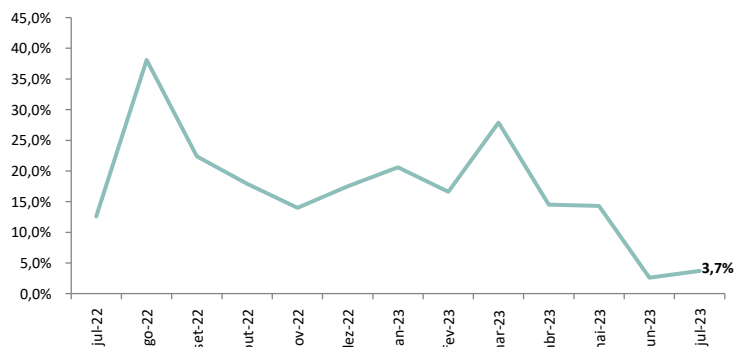
Volume de Negócios na Indústria (variação homóloga)
Bens de consumo



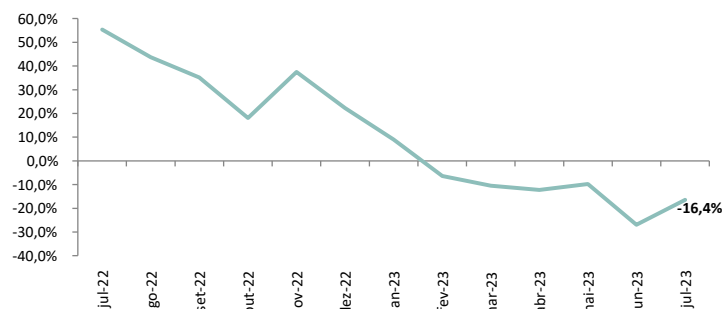
Volume de Negócios na Indústria (variação homóloga)
Bens intermediários



Volume de Negócios na Indústria (variação homóloga)
Bens de investimento

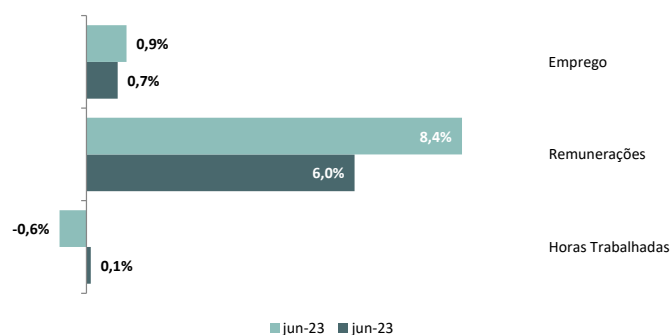


Volume de Negócios na Indústria (variação homóloga)
Energia

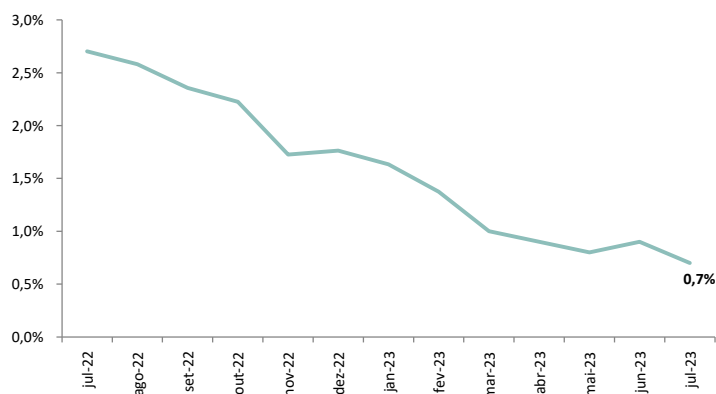


- O índice de emprego cresceu 0,7%;
- O índice de remunerações subiu 6,0%; e
- O índice de horas trabalhadas, ajustado de efeitos de calendário, aumentou 0,1%.

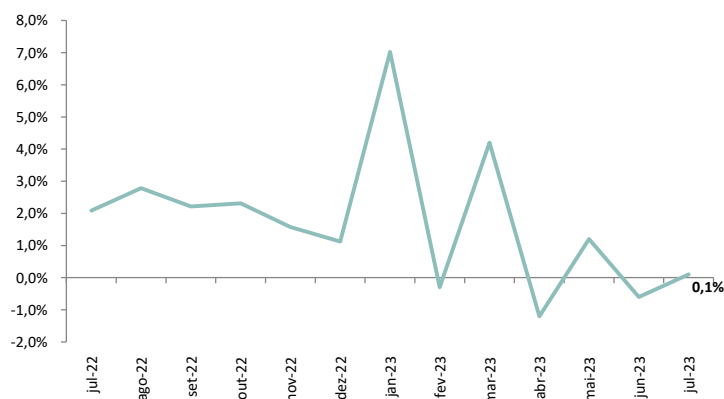
Índices de Emprego, de Remunerações e de Horas Trabalhadas (variação homóloga)



Índice de Emprego na Indústria (variação homóloga)
Total



Índice de Emprego na Indústria* (variação homóloga)
Horas trabalhadas ajustadas de efeitos de calendário



* Valores ajustados de efeitos de calendário

Face ao mês anterior, o IVNEI registou um acréscimo de 1,5% em julho de 2023, o que compara com +1,2% em julho de 2022.

A taxa de desemprego e a taxa de subutilização do trabalho diminuíram para 6,2% e para 11,5%

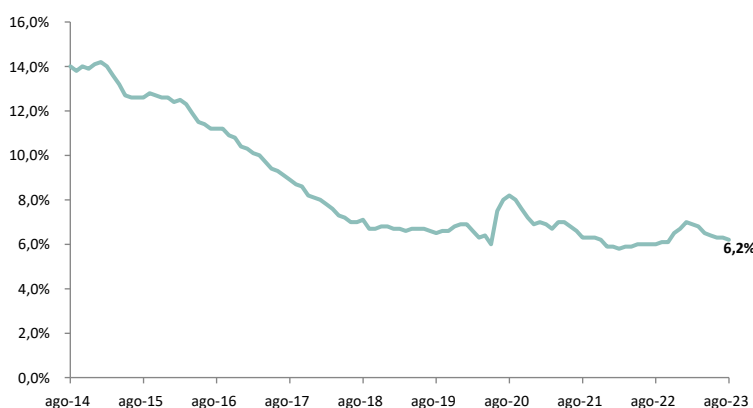
As estimativas mensais apresentadas correspondem a trimestres móveis, cujo mês de referência é o respetivo mês central. Assim, as estimativas provisórias para agosto compreendem os meses de julho, agosto e setembro, enquanto as estimativas definitivas para julho incluem os meses de junho, julho e agosto.

As estimativas são calculadas considerando a população de 16 a 74 anos e os valores são ajustados do efeito de sazonalidade.

Em agosto de 2023 (valores provisórios)¹:

- A população ativa (5 274,6 mil pessoas) diminuiu 0,1% tanto em relação a julho como a maio de 2023, mas aumentou 1,5% face a agosto de 2022 (respetivamente: mês anterior, três meses antes e mesmo mês do ano anterior);
- A população empregada (4 948,0 mil) registou variações relativas positivas face ao mês anterior e a três meses antes (0,1%, em ambos os casos), e também a um ano antes (1,3%);
- A população desempregada (326,7 mil) diminuiu em relação a julho (2,2%) e a maio de 2023 (3,4%), mas aumentou face a agosto de 2022 (3,9%);
- A taxa de desemprego, que se situou em 6,2%, também registou um valor inferior ao de julho e ao de maio do mesmo ano (0,1 p.p. e 0,2 p.p., respetivamente) e superior ao de agosto de 2022 (0,2 p.p.);
- A população inativa (2 414,8 mil) aumentou em relação ao mês anterior (0,2%) e a três meses antes (0,3%), mas diminuiu relativamente a um ano antes (1,9%); e
- A taxa de subutilização do trabalho situou-se em 11,5%, valor inferior ao do mês anterior em 0,1 p.p. e ao de três meses antes em 0,2 p.p., mas idêntico ao de agosto de 2022.

Taxa de desemprego
(valores ajustados de sazonalidade)

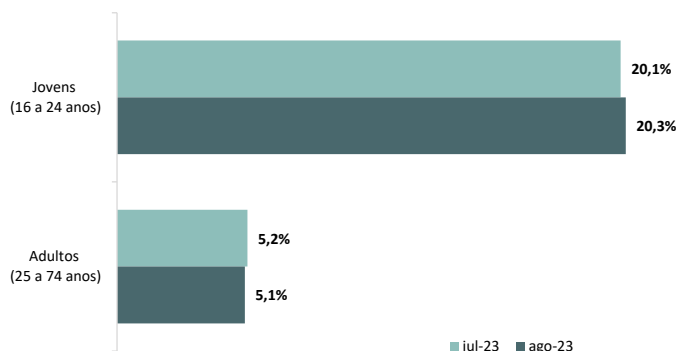


Nota: O valor para o período mais recente é uma estimativa provisória.



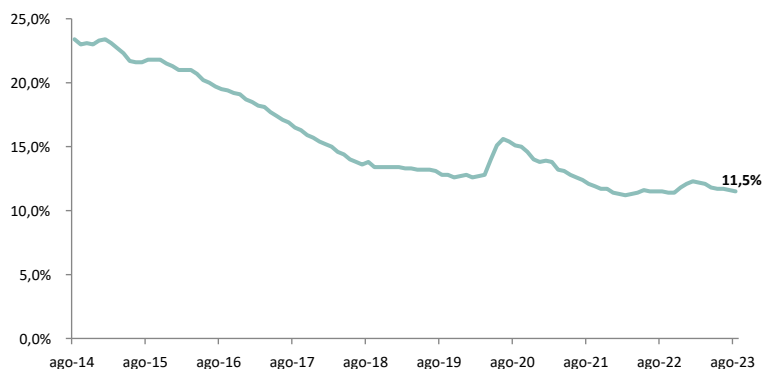
¹ As estimativas relativas ao último mês de referência (neste caso, o trimestre centrado em agosto de 2023: julho a setembro de 2023) são calculadas com informação incompleta para o último mês do trimestre (setembro de 2023). Estas estimativas serão revistas no próximo mês.

Taxa de desemprego de jovens e adultos julho e agosto de 2023



Notas: Valores ajustados de sazonalidade.
O valor para o período mais recente é uma estimativa provisória.

Taxa de subutilização do trabalho (valores ajustados de sazonalidade)



Nota: O valor para o período mais recente é uma estimativa provisória.



Em julho de 2023 (valores definitivos):

- A população ativa (5 279,0 mil) aumentou face a junho (0,2%) e a abril de 2023 (0,1%), bem como relativamente a julho de 2022 (1,7%);
- A população empregada (4 945,1 mil) também aumentou em relação aos três períodos de comparação: 0,2%, 0,3% e 1,3%, respetivamente;
- A população desempregada (333,9 mil) manteve-se praticamente inalterada face ao mês anterior, diminuiu 3,3% em relação a três meses antes, e aumentou 7,9% por comparação com um ano antes;
- A taxa de desemprego situou-se em 6,3%, valor idêntico ao do mês anterior, inferior em 0,2 p.p. ao de três meses antes, e superior em 0,3 p.p. ao de um ano antes;
- A população inativa (2 410,8 mil) diminuiu em relação aos três períodos de comparação: 0,4%, 0,1% e 2,4%, respetivamente;
- A taxa de subutilização do trabalho situou-se em 11,6%, o que representa um decréscimo em relação ao mês anterior e a três meses antes (0,1 p.p. e 0,2 p.p., respetivamente); em relação a julho de 2022, não houve alteração.

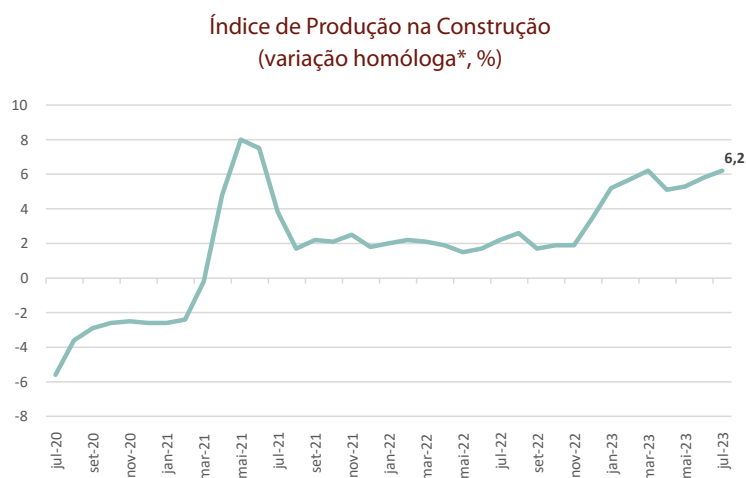
Produção na Construção cresceu 6,2%

Em julho de 2023, o Índice de Produção¹ cresceu 6,2% em termos homólogos (+0,4 p.p. que no mês anterior). Esta variação traduz comportamentos diferenciados nos segmentos que integram o sector:

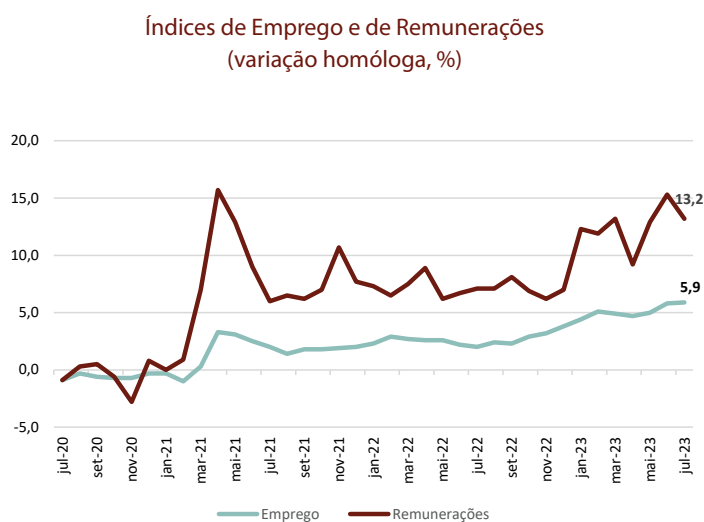
- “Construção de Edifícios”: +4,5% (+0,7 p.p. que em junho); e
- “Engenharia Civil”: +9,1% (+0,2 p.p. que em junho).

Registaram-se ainda, no sector da Construção, os seguintes crescimentos homólogos:

- Índice de Emprego: 5,9% (5,8% no mês anterior); e
- Índice de Remunerações: 13,2% (15,3% no mês anterior).



¹ Média móvel de 3 meses ajustada de efeitos de calendário e sazonalidade.



¹ Média móvel de 3 meses, ajustada de efeitos de calendário e sazonalidade.

No que respeita a variações em cadeia, em julho de 2023 foram apuradas as seguintes taxas no sector da Construção:

- Índice de Produção total: 0,6% (variação igual no mês anterior);
- Índice de Produção – “Construção de Edifícios”: 0,7% (0,6% no mês anterior);
- Índice de Produção – “Engenharia Civil”: 0,4% (0,6% no mês anterior);
- Índice de Emprego: 0,2% (0,1% em julho de 2022); e
- Índice de Remunerações: 2,6% (4,6% em julho de 2022).

Mais informação:
Índice de Produção, Emprego e Remunerações na Construção – julho de 2023
15 de setembro de 2023

Prestação média aumentou 41,4% em termos homólogos, para 379 euros

Em agosto de 2023:

- A taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação aumentou para 4,089%, valor superior em 21,1 pontos base¹ (p.b.) ao do mês anterior e o mais elevado desde março de 2009;

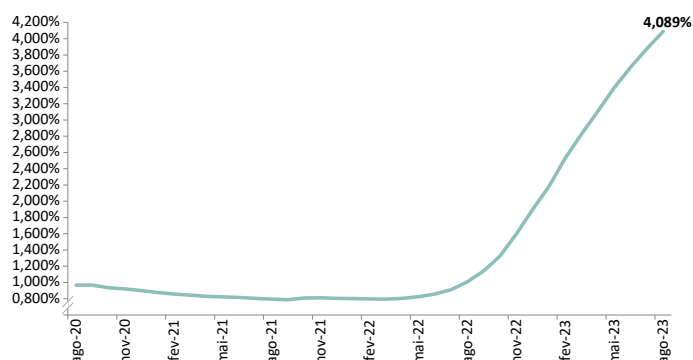
Nos contratos celebrados nos últimos três meses, a taxa de juro subiu para 4,331%, o que traduz um acréscimo de 15,8 p.b. face ao mês precedente, atingindo o valor mais elevado desde abril de 2012;

- Para o destino de financiamento “Aquisição de habitação” (o mais relevante no conjunto do crédito à habitação), a taxa de juro implícita fixou-se em 4,067% (+20,9 p.b. que em julho);

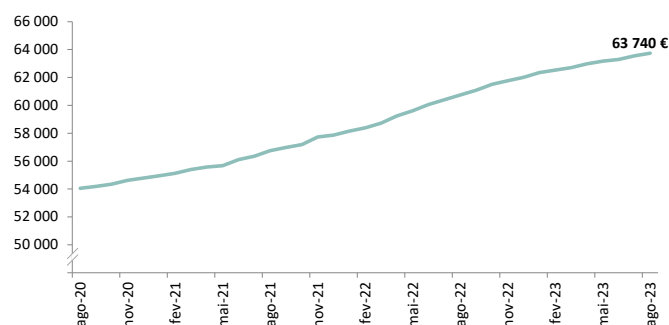
Nos contratos desta natureza celebrados nos últimos 3 meses, a taxa aumentou para 4,320% (+15,9 p.b. face ao mês precedente);



Taxa de juro implícita nos contratos de crédito à habitação



Capital médio em dívida



- Considerando a totalidade dos contratos, o valor médio da prestação mensal fixou-se em 379 euros, registando uma subida de 9 euros face ao mês anterior e de 111 euros relativamente a agosto de 2022 (aumento de 41,4%). Deste valor, 216 euros (57%) correspondem a pagamento de juros e 163 euros (43%) a capital amortizado;

Registe-se que, em agosto de 2022, a componente de juros representava 19% do valor médio da prestação mensal (268 euros);

Nos contratos celebrados nos últimos 3 meses, o valor médio da prestação subiu 19 euros face ao mês anterior, para 623 euros (um aumento de 40,0% face a agosto de 2022); e

- O capital médio em dívida para a totalidade dos contratos registou um acréscimo de 185 euros face a julho, fixando-se em 63 740 euros;

Para os contratos celebrados nos últimos 3 meses, o montante médio em dívida foi 122 964 euros, mais 134 euros que no mês anterior.

¹ Um ponto base é o equivalente a 0,01 pontos percentuais.

Avaliação bancária na habitação aumentou para 1 538 euros por metro quadrado

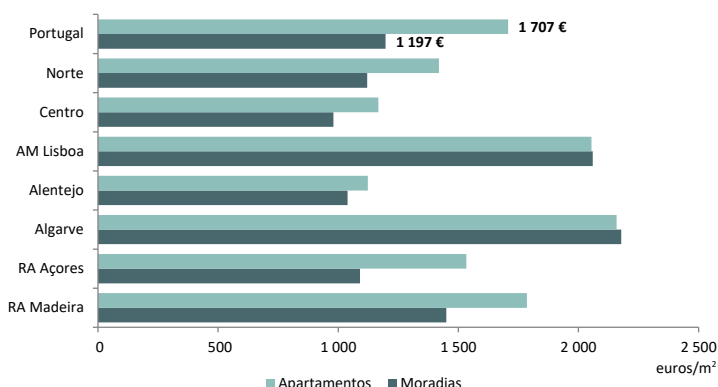
Em agosto de 2023, o valor mediano de avaliação bancária, realizada no âmbito de pedidos de crédito para a aquisição de habitação, foi 1 538 euros por m², mais 13 euros (+0,9%) que o observado no mês anterior.

Todas as regiões apresentaram aumentos face ao mês anterior, exceto o Algarve (-0,6%). O aumento mais expressivo registou-se na Região Autónoma dos Açores (5,6%).

Em comparação com o mesmo mês do ano anterior, o valor mediano das avaliações cresceu 8,8% (+7,6% em julho de 2023). A variação mais intensa registou-se na Região Autónoma da Madeira (23,1%) e a mais reduzida no Norte (7,9%).



Valor Mediano de Avaliação Bancária – agosto de 2023
Apartamentos e Moradias



O número de avaliações bancárias consideradas situou-se em 24 605, o que corresponde a reduções de 6,3% relativamente a agosto de 2022 e de 1,1% face ao mês anterior.

Das avaliações consideradas:

- Cerca de 15,9 mil foram relativas a apartamentos; e
- Cerca de 8,7 mil incidiram em moradias.

Em termos homólogos, a análise por tipo de habitação revela que, em agosto de 2023, o valor mediano de avaliação bancária:

- Aumentou 8,2% nos apartamentos, fixando-se em 1 707 euros/m²; e
- Subiu 6,3% nas moradias, para 1 197 euros/m².

Em agosto de 2023, face ao mês anterior, o valor mediano de avaliação bancária:

- Nos apartamentos:
 - » T2 aumentou 8 euros, para 1 731 euros/m²; e
 - » T3 subiu 20 euros, para 1 518 euros/m²;

Estas duas tipologias representaram, no conjunto, 78,1% das avaliações de apartamentos realizadas;

- Nas moradias:
 - » T2 desceu 22 euros, para 1 137 euros/m²;
 - » T3 aumentou 6 euros, para 1 162 euros/m²; e
 - » T4 subiu 23 euros, para 1 298 euros/m²;

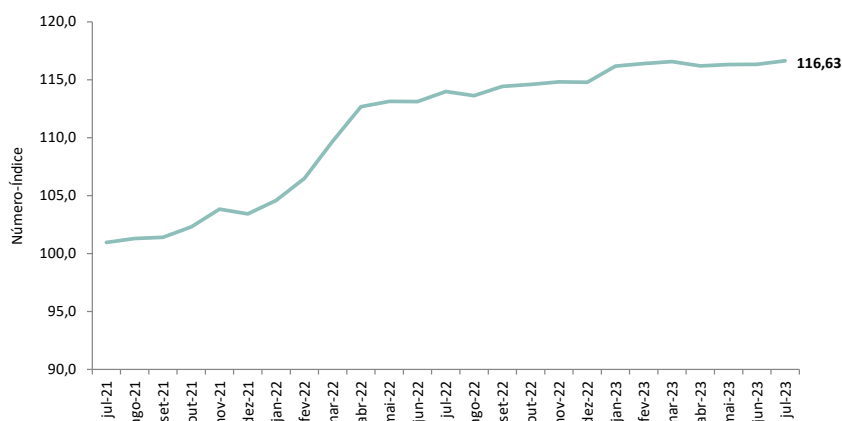
O conjunto destas três tipologias representou 88,4% das avaliações de moradias.

Custos de construção aumentaram 2,3% em julho

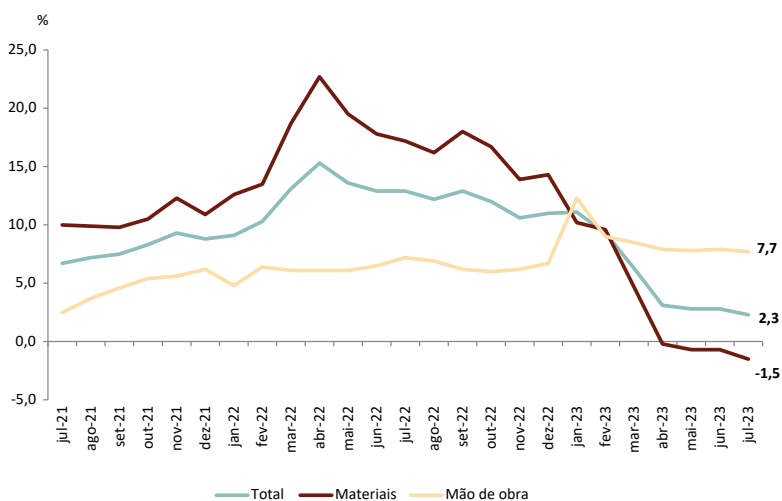
O INE estima que, em julho de 2023, se tenham registado as seguintes taxas de variação homóloga no âmbito dos custos de construção de habitação nova:

- Índice de Custos de Construção de Habitação Nova (ICCHN): 2,3% (menos 0,5 p.p. que em junho);
- Preço dos materiais: -1,5% (-0,7% no mês anterior); e
- Custo da mão de obra: 7,7% (menos 0,2 p.p. que em junho).

Índice de Custos de Construção de Habitação Nova
(2021=100)



Índice de Custos de Construção de Habitação Nova
(variação homóloga)



Nota: Os valores para maio, junho e julho de 2023 são provisórios.

No que respeita a variações em cadeia, o INE estima as seguintes taxas para julho de 2023:

- ICCHN: 0,3% (0,0% em junho);
- Preços dos materiais: 0,2% (-0,5% em junho); e
- Custo da mão de obra: 0,4% (0,7% em junho).



Renda mediana dos novos contratos de arrendamento cresceu 11,0% e número de novos contratos diminuiu 1,2% face ao período homólogo

No 2.º trimestre de 2023 (dados provisórios), foram realizados 20 750 novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal, o que representa uma redução de 1,2%, em termos homólogos.

As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto concentraram 50,2% destes novos contratos (49,5% no trimestre anterior).

Das 25 sub-regiões NUTS III existentes, seis registaram decréscimo no número de novos contratos de arrendamento, relativamente ao mesmo trimestre do ano anterior:

- Região Autónoma da Madeira: -18,0%;
- Área Metropolitana de Lisboa: -7,5%;
- Beiras e Serra da Estrela: -2,4%;
- Alto Minho e Região de Coimbra: -1,4% em ambas; e
- Área Metropolitana do Porto: -0,9%.

Destacaram-se, com aumentos acima de 10% também face ao período homólogo:

- Região Autónoma dos Açores: +30%;
- Alto Tâmega: +17,1%;
- Baixo Alentejo: +15,8%;
- Alto Alentejo: +15,0%; e
- Beira Baixa: +12,0%.

A renda mediana dos novos contratos de arrendamento atingiu, a nível nacional, 7,27 €/m², o que corresponde a um acréscimo de 11,0% face ao mesmo período de 2022, a variação homóloga mais elevada desde o 2.º trimestre de 2021.

O valor das rendas situou-se acima do valor nacional nas sub-regiões:

- Área Metropolitana de Lisboa: 11,03 €/m²;
- Algarve: 8,35 €/m²;
- Região Autónoma da Madeira: 8,04 €/m²; e
- Área Metropolitana do Porto: 7,87 €/m².

No 2.º trimestre de 2023, face ao período homólogo, a renda mediana aumentou em todas as sub-regiões NUTS III, destacando-se a variação no Alto Alentejo (+23,7%).

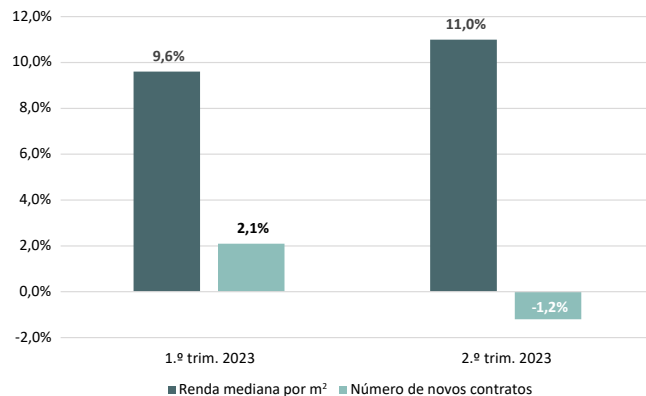
Relativamente ao trimestre anterior, a renda mediana no 2.º trimestre de 2023 subiu 7,7% e:

- Aumentou em 22 das 25 sub-regiões NUTS III;
- Decresceu nas Terras de Trás-os-Montes (-2,3%) e no Alentejo Central (+16,0%);
- Manteve o valor nas Beiras e Serra da Estrela; e
- Registou o maior crescimento no Ave (+14,1%) e aumentou igualmente nas áreas metropolitanas de Lisboa (+7,5%) e do Porto (+7,8%).

A renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento aumentou em 11 dos 24 municípios com mais de 100 mil habitantes. Deste conjunto, destacaram-se, com crescimentos homólogos superiores a 10%:

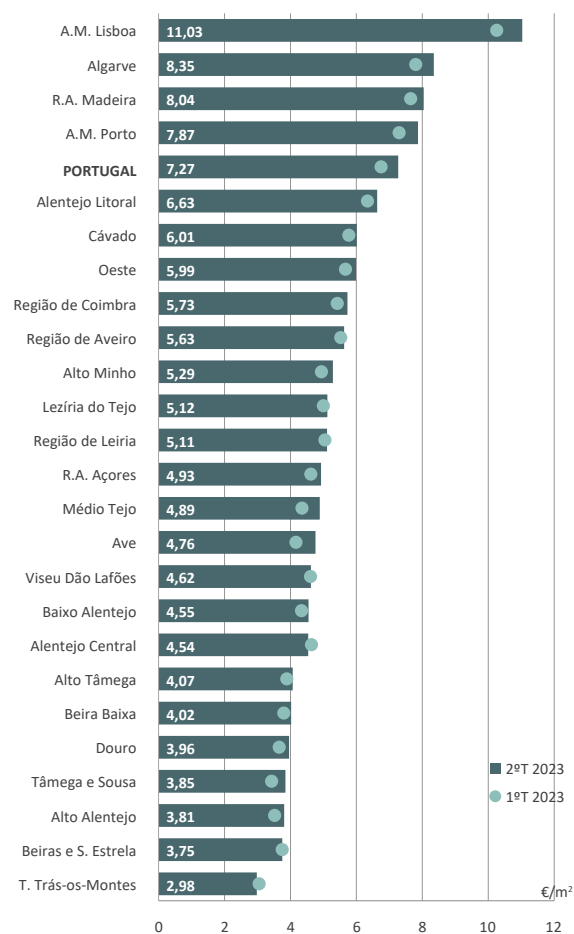
- Santa Maria da Feira: +19,8%;
- Seixal: +16,3%;
- Guimarães: +12,9%; e
- Vila Nova de Famalicão: +12,7%.

Renda mediana por m² e número de novos contratos de arrendamento, Portugal (Variação homóloga)



Nota: Os valores para o período mais recente são provisórios.

Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal e NUTS III, 4.º trimestre de 2022 e 1.º trimestre de 2023



Nota: Os valores para o período mais recente são provisórios.

Licenciamento e conclusão de edifícios mantêm tendência decrescente

No 2.º trimestre de 2023, o número de edifícios licenciados (5,7 mil) decresceu:

- 10,2% face ao trimestre homólogo de 2022 (-10,1% no trimestre anterior); e
- 5,8% relativamente ao período homólogo de 2019.

Do total de edifícios licenciados, 75,7% eram construções novas, dos quais 79,9% se destinaram a habitação familiar.

O número de licenças para construções novas registou variações de:

- -10,4% em comparação com o trimestre homólogo de 2022 (+10,0% no trimestre anterior); e*
- +0,9% face ao mesmo trimestre de 2019.

No caso das licenças para reabilitação, as variações foram as seguintes:

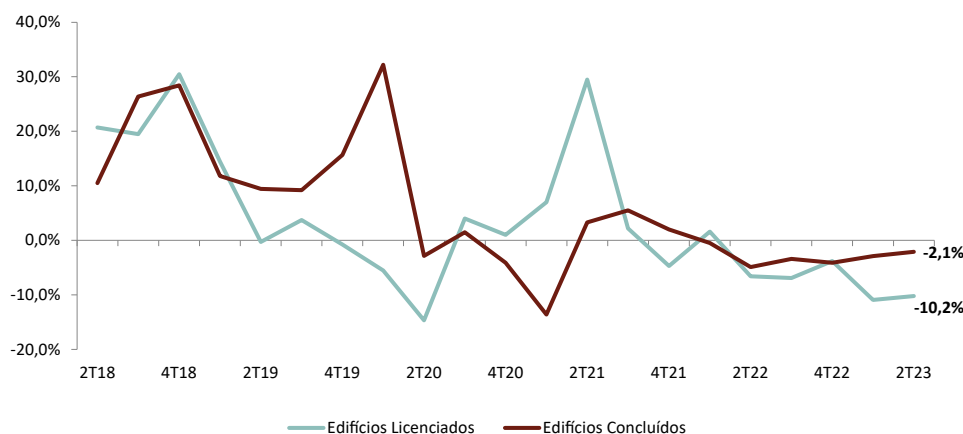
- -10,4% em relação ao período homólogo de 2022 (+7,7% o trimestre anterior); e*
- -23,4% comparativamente ao trimestre homólogo de 2019.

Estima-se que tenham sido concluídos 3,8 mil edifícios, abrangendo construções novas, ampliações, alterações e reconstruções. Este registo:

- Diminuiu 2,1% com referência ao trimestre homólogo de 2022 (-6,1% no trimestre anterior); e
- Aumentou 9,9% relativamente ao mesmo trimestre de 2019.

A maioria dos edifícios concluídos (82,1%) correspondeu a construções novas, das quais 80,5% se destinaram a habitação familiar.

Edifícios Licenciados e Construídos
(variações homólogas trimestrais)



Em comparação com o trimestre anterior:

- O número de edifícios licenciados decresceu 9,5% (+14,2% no 1.º trimestre de 2023); e
- O número de edifícios concluídos aumentou 3,2% (-5,6% no 1.º trimestre de 2023).

Numa análise mensal, observa-se uma tendência de redução no licenciamento de edifícios, principalmente a partir de abril de 2021, que tem sido mais expressiva desde novembro de 2022. Ao longo de 2023, a maior redução em comparação com o mesmo mês do ano anterior ocorreu em fevereiro (-15,8%) e a menor foi registada em junho (-5,5%).

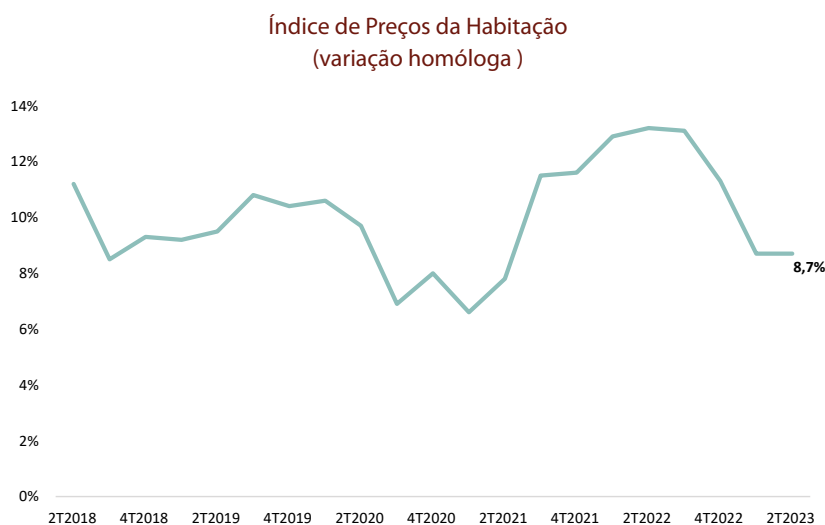
* Texto corrigido.

Preços da habitação aumentaram 8,7% e número de transações diminuiu 22,9%

No 2.º trimestre de 2023, em termos homólogos:

- O Índice de Preços da Habitação (IPHab) aumentou 8,7%, uma variação idêntica à registada no trimestre anterior;
- A subida dos preços foi mais elevada nas habitações existentes (9,0%) do que nas habitações novas (8,0%);
- O número de habitações transacionadas (33 624) diminuiu 22,9%, o que constitui a quarta variação negativa consecutiva deste indicador (-20,8% no trimestre anterior); e
- O valor total das habitações transacionadas (6,9 mil milhões de euros) diminuiu 16,7%;

A diminuição no valor total das transações de habitações existentes (-20,7%) foi mais significativa que nas transações de habitações novas (-4,1%).

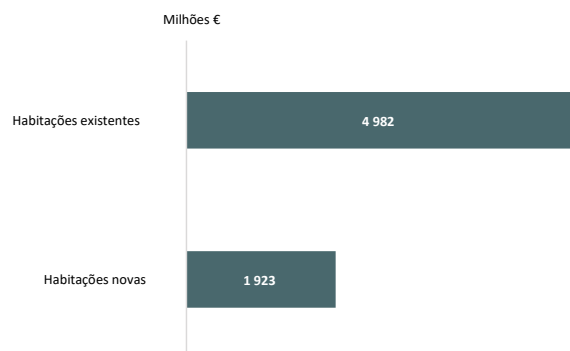


Também no 2.º trimestre de 2023, mas relativamente ao trimestre anterior:

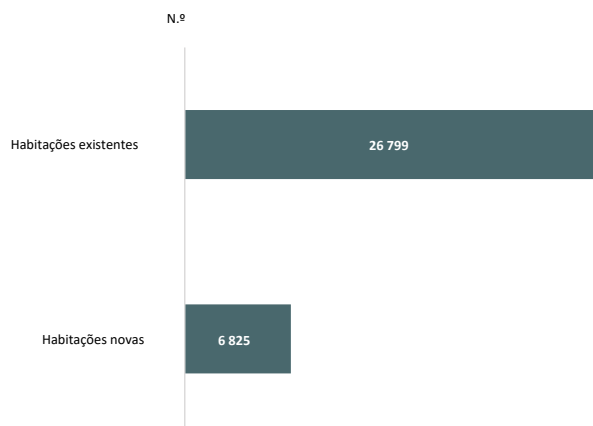
- O IPHab aumentou 3,1% (1,3% no 1.º trimestre de 2023);
- O número de transações diminuiu 2,5% (-10,5% no 1.º trimestre de 2023), de forma mais expressiva nas habitações existentes (-2,6%) do que nas habitações novas (-2,1%); e
- O aumento dos preços nas habitações existentes foi mais intenso do que nas habitações novas: 3,2% e 2,8%, respetivamente.

A taxa de variação média anual do IPHab no 2.º trimestre de 2023 fixou-se em 10,4% (1,1 p.p. abaixo da taxa apurada no trimestre anterior). Também neste caso, a variação dos preços das habitações existentes foi superior à observada nas habitações novas: 11,4% e 7,3%, respetivamente.

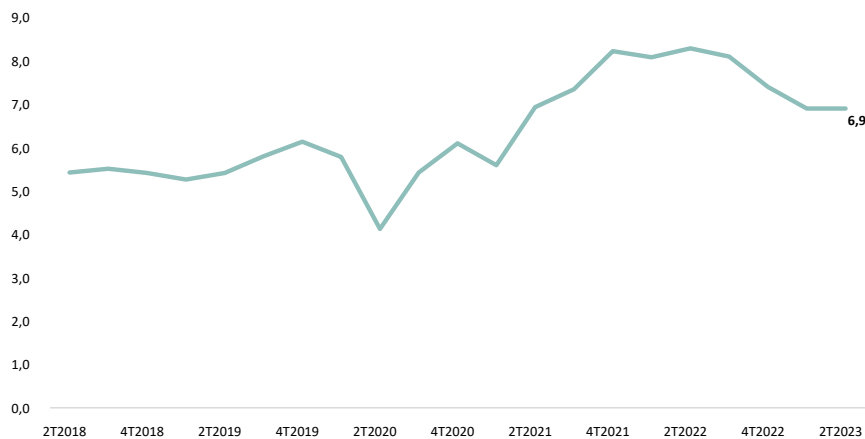
Transações de habitações (valor)
2.º trimestre de 2023



Transações de habitações (N.º)
2.º trimestre de 2023



Valor das transações de alojamentos
Total (mil milhões de euros)



No trimestre de referência, observou-se ainda que:

- As habitações adquiridas por famílias corresponderam a 28 732 unidades (85,5% do total de aquisições) e 5,8 mil milhões de euros (83,8% do valor total transacionado);

As vendas de alojamentos às famílias registaram reduções de 24,7% face a idêntico período de 2022 e de 1,9% relativamente ao trimestre anterior;

O valor das habitações adquiridas pelas famílias correspondeu à percentagem mais baixa do valor total de transações desde o 1.º trimestre de 2020, diminuindo 19,5% em termos homólogos (-17,3% no trimestre anterior); e

- As habitações adquiridas por compradores sem domicílio fiscal no território nacional (2 535 unidades) representaram 7,5% do número total de aquisições, a percentagem mais elevada da série iniciada no 1.º trimestre de 2019;

As aquisições por compradores com domicílio fiscal noutro país da União Europeia fixaram-se em 1 174 unidades, menos 24,5% face a idêntico período de 2022;

Também em termos homólogos, as transações para compradores com domicílio fiscal fora da União Europeia (categoria “Restantes Países”) aumentaram 10,8%, para 1 361 habitações.



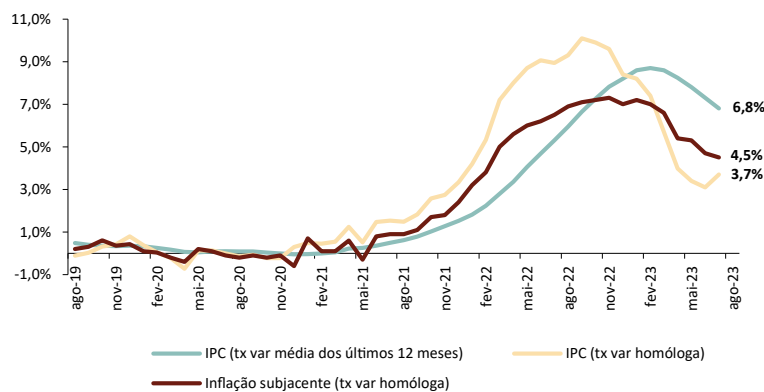
Taxa de variação homóloga do IPC aumentou para 3,7% em agosto

Em agosto de 2023, em termos de variações homólogas:

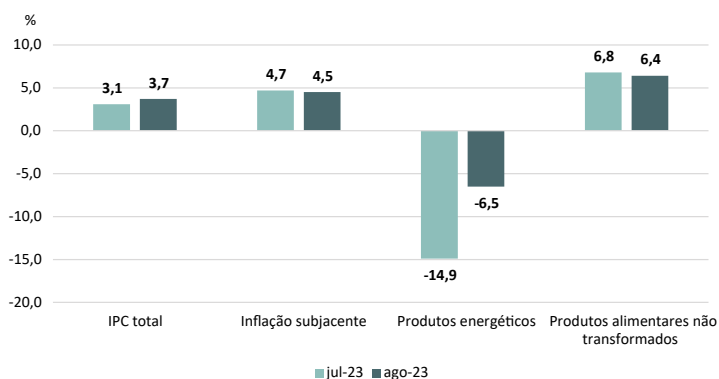
- O Índice de Preços no Consumidor (IPC) aumentou para 3,7%, mais 0,6 p.p. do que um mês antes;
- Esta desaceleração é essencialmente explicada pelo comportamento dos preços dos “Combustíveis”, que contribuíram em 0,7 p.p. para o aumento da variação homóloga do IPC;
- O indicador de inflação subjacente (que exclui os produtos alimentares não transformados e energéticos) registou uma variação de 4,5% (4,7% em julho);
- O índice referente aos produtos energéticos situou-se em -6,5% (-14,9% no mês precedente); e
- O índice relativo aos produtos alimentares não transformados desacelerou para 6,4% (6,8% em julho).



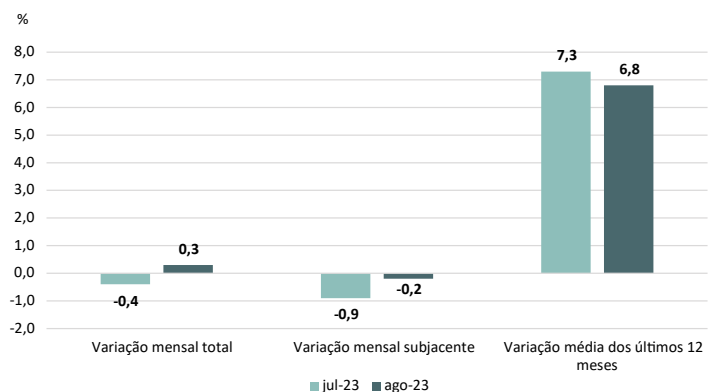
Índices de preços no consumidor e de inflação subjacente
(taxa de variação homóloga e média dos últimos 12 meses)



IPC - Taxas de variação homóloga



IPC - Taxas de variação mensal e média de doze meses



Ainda em agosto de 2023, mas face ao mês anterior:

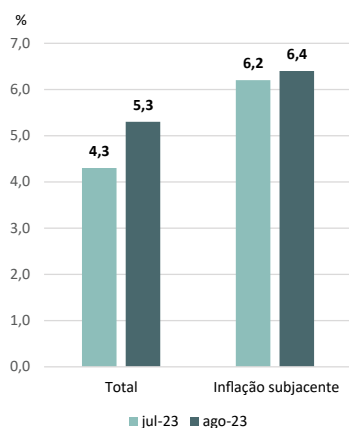
- O IPC total aumentou 0,3% (-0,4% no mês precedente e -0,3% em agosto de 2022); e
- Excluindo os produtos alimentares não transformados e energéticos (inflação subjacente), a variação do IPC foi -0,2% (-0,9% no mês anterior e variação nula em agosto de 2022).

A variação média do IPC dos últimos 12 meses diminuiu para 6,8% (7,3% em julho).

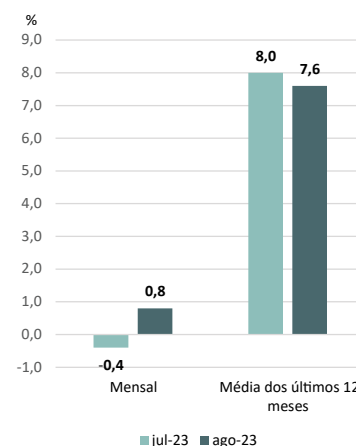
No que respeita ao Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), em agosto de 2023 observaram-se as seguintes taxas de variação:

- Homóloga: 5,3%, valor superior em 1,0 p.p. ao observado no mês anterior e idêntico ao estimado pelo Eurostat para a Área do Euro (em julho, o IHPC português tinha sido inferior em 1,0 p.p. ao da AE);
- Homóloga, excluindo os produtos alimentares não transformados e energéticos: 6,4% (6,2% em julho), uma taxa superior em 0,2 p.p. à estimada para a AE (6,2%);
- Mensal: 0,8% (-0,4% no mês anterior e -0,2% em agosto de 2022); e
- Média dos últimos 12 meses: 7,6% (8,0% no mês anterior).

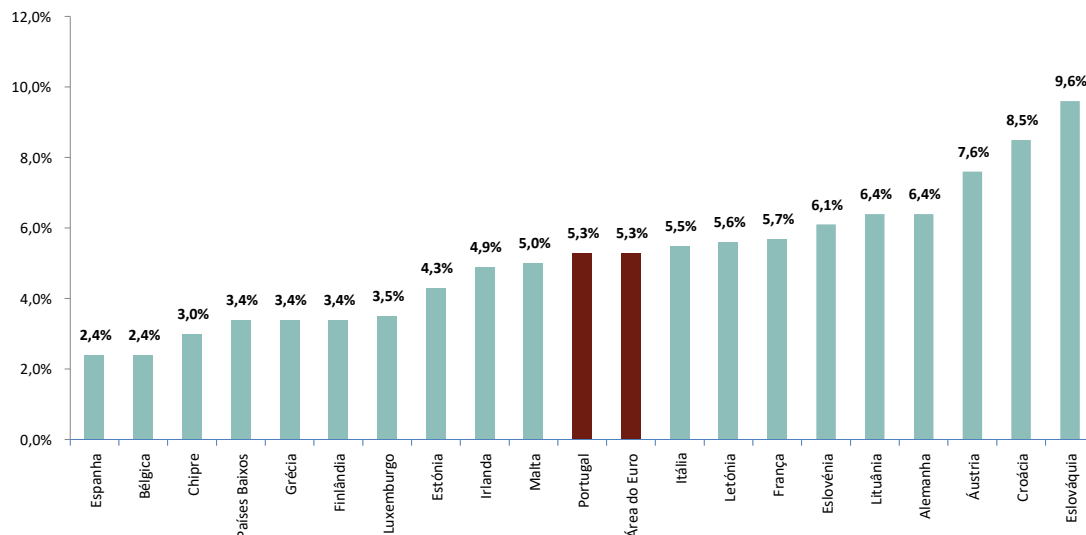
Variação homóloga do IHPC



IHPC - Variação mensal e média dos últimos 12 meses



Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
Variação homóloga nos países da Área do Euro, agosto de 2023



Preços na produção industrial diminuíram 5,2%

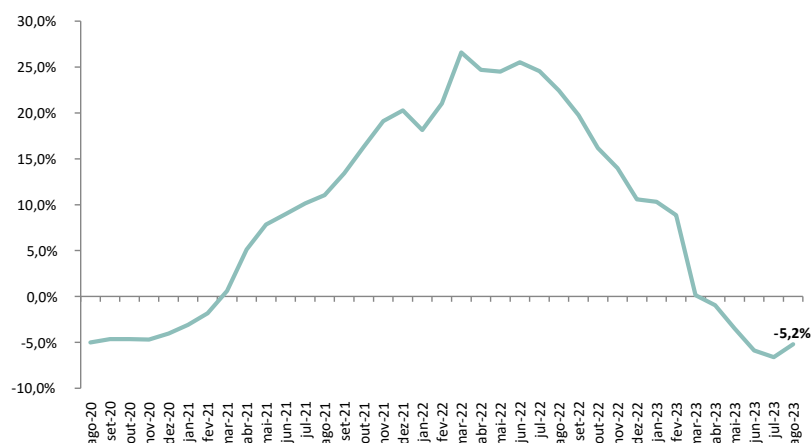
Em agosto de 2023, em termos homólogos:

- O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) registou uma variação de -5,2% (-6,6% no mês anterior);
- Os agrupamentos “Energia” e “Bens Intermedios” registaram reduções de 18,6% e 5,6%, respetivamente (-25,6% e -4,9% no mês anterior), e continuaram a ser determinantes para a variação do índice agregado, contribuindo com -4,7 p.p. e -2,1 p.p. para a sua redução (contributos de -6,7 p.p. e -1,8 p.p. em julho); e
- Excluindo o agrupamento “Energia”, o único que não apresentou uma variação inferior à do mês anterior, a variação do índice agregado foi de -0,6% (0,1% em julho), o que reflete a tendência de recuperação dos preços no sector energético.

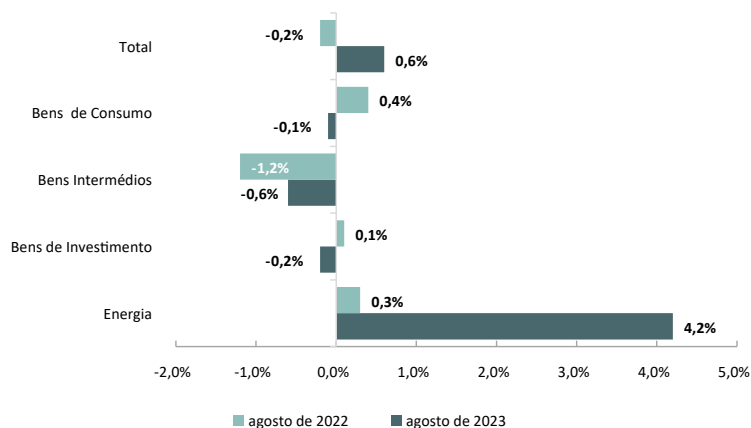
Face ao mês anterior, o IPPI registou um aumento de 0,6% (-0,2% em julho de 2023 e -0,9% em agosto de 2022). O agrupamento “Energia” foi o que contribuiu de forma mais relevante para esta variação do índice agregado, com um contributo positivo de 0,9 p.p., originado por uma variação de 4,2% (0,3% em julho de 2023 e -4,7% em agosto de 2022). Sem este agrupamento, a variação mensal situou-se em -0,3% (0,4% em agosto de 2022).



Índice de Preços na Produção Industrial
(variação homóloga)



Índice Total e Grandes Agrupamentos Industriais
(variação mensal)



Taxa de variação homóloga do IPC em setembro estimada em 3,6%

O INE estima, com base na informação já apurada, que em setembro de 2023 e em termos homólogos:

- O Índice de Preços no Consumidor (IPC) aumentou 3,6%, desacelerando 0,1 p.p. face no mês anterior;
- O indicador de inflação subjacente, que exclui os produtos alimentares não transformados e energéticos, registou uma variação de 4,1% (-0,4 p.p. que no mês precedente);
- O índice relativo aos produtos energéticos diminui 4,1% (-6,5% em agosto); e
- O índice referente aos produtos alimentares não transformados desacelerou 0,4 p.p. relativamente ao mês anterior, cifrando-se em 6,0%.

Em termos de evolução mensal, o IPC terá crescido 1,1% (0,3% em agosto e 1,2% em setembro de 2022).

O INE estima ainda que, em setembro de 2023, a variação média do IPC nos últimos doze meses tenha sido de 6,3%, valor inferior em 0,5 p.p. ao do mês anterior.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) – indicador de inflação mais apropriado para comparações entre os diferentes países da União Europeia, e em particular na Área do Euro – terá registado em Portugal, em setembro de 2023, uma variação homóloga de 4,8%, desacelerando 0,5 p.p. face ao mês precedente.



	Variação Mensal (%) ¹		Variação Homóloga (%) ¹	
	ago-23	set-23*	ago-23	set-23*
IPC				
Total	0,32	1,09	3,72	3,58
Total exceto habitação	0,32	1,12	3,67	3,52
Total exc. prod. alim. não transf. e energ.	-0,16	1,14	4,48	4,05
Produtos energéticos	4,43	1,76	-6,53	-4,12
Produtos alimentares não transformados	0,92	0,25	6,44	6,02
Produtos alimentares transformados	-0,19	0,25	6,52	6,15
IHPC				
Total	0,8	0,8	5,3	4,8

¹Valores arredondados a duas e a uma casas decimais.

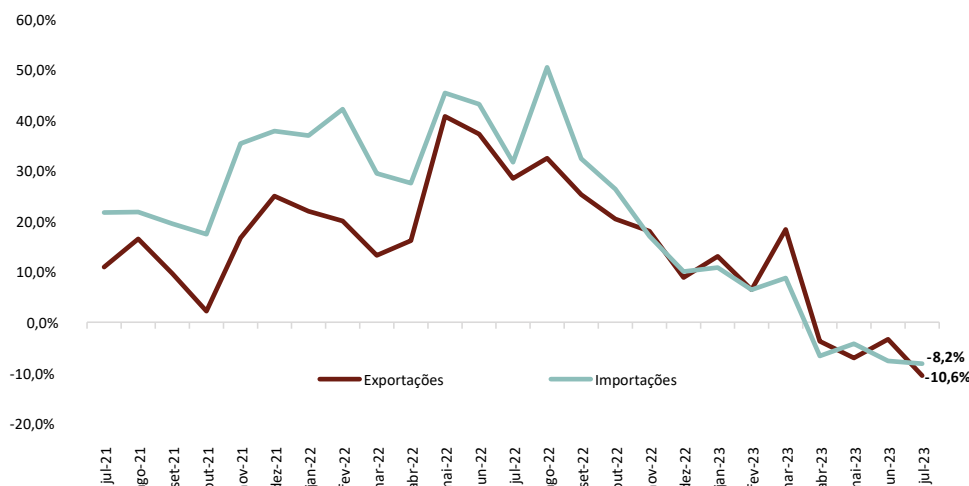
*Valores estimados

Exportações e importações diminuíram 10,6% e 8,2% em termos nominais em julho

Em julho de 2023, face ao mesmo mês do ano passado e em termos nominais:

- As exportações de bens diminuíram 10,6% (-3,4% no mês anterior); e
- As importações de bens decresceram 8,2% (-7,7% no mês anterior).

Taxa de variação nominal das exportações e importações



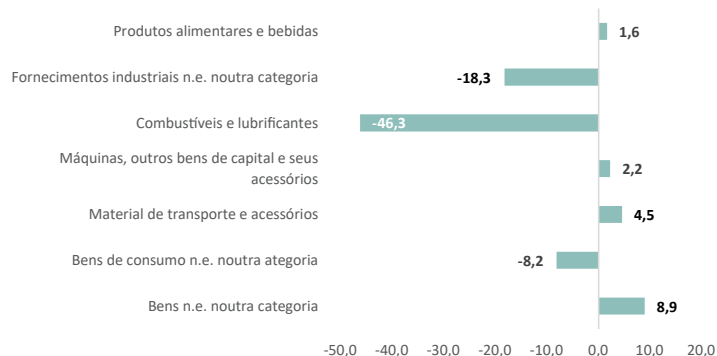
Numa análise por grandes categorias económicas de bens, em julho de 2023 e em termos nominais, salientam-se, face ao mesmo mês do ano anterior, os decréscimos importações de “Combustíveis e lubrificantes” (-47,8%) – que ficaram a dever-se aos decréscimos em volume (-19,3%) e em valor (-49,5%) dos “Óleos brutos de petróleo”, refletindo a descida do preço deste produto no mercado internacional (-37,5%) – e de “Fornecimentos industriais” (-13,6%, principalmente “Metais comuns”).

Nas exportações, destacam-se as diminuições de “Combustíveis e lubrificantes” (-46,3%, refletindo igualmente decréscimos em volume e em valor) e de “Fornecimentos industriais” (-18,3%, sobretudo de “Químicos” e “Pastas celulósicas e papel”).

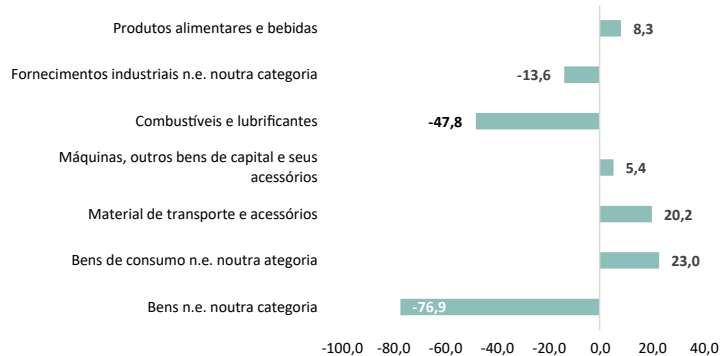
Excluindo “Combustíveis e lubrificantes”, no mesmo período e também em termos homólogos, observou-se uma diminuição de 7,1% nas exportações e um ligeiro aumento, de 0,2%, nas importações (+1,1% e +2,5%, respetivamente, no mês anterior).



Exportações por Grandes Categorias Económicas de Bens, julho de 2023 (variação homóloga, %)



Importações por Grandes Categorias Económicas de Bens, julho de 2023 (variação homóloga, %)



No que respeita aos índices de valor unitário (preços), registaram-se as seguintes variações homólogas:

- -4,2% nas exportações (-5,2% em junho de 2023; +18,4% em julho de 2022); e
- -9,1% nas importações (-9,4% em junho de 2023; +22,5% em julho de 2022).

Excluindo os produtos petrolíferos, as variações nos preços foram de:

- -0,3% nas exportações (+0,2% no mês anterior; +14,2% em julho de 2022); e
- -3,4% nas importações (-3,0% no mês anterior; +15,0% em julho de 2022).

Ainda em julho de 2023, mas relativamente ao mês anterior:

- As exportações diminuíram 6,1% (-1,8% em junho); e
- As importações decresceram 3,4% (-5,4% em junho).

O défice da balança comercial de bens, em julho de 2023:

- Atingiu 2 218 milhões de euros, o que representa uma redução de 7 milhões de euros face ao mesmo mês de 2022 e um acréscimo de 109 milhões de euros relativamente ao mês anterior; e
- Excluindo “Combustíveis e lubrificantes”, totalizou 1 709 milhões de euros, o que corresponde a aumentos de 477 milhões de euros face a julho de 2022 e de 199 milhões de euros comparando com o mês anterior.

No trimestre terminado em julho de 2023, em termos homólogos:

- As exportações diminuíram 7,0% (-4,8% no 2.º trimestre de 2023); e
- As importações decresceram 6,7% (-6,2% no 2.º trimestre de 2023).

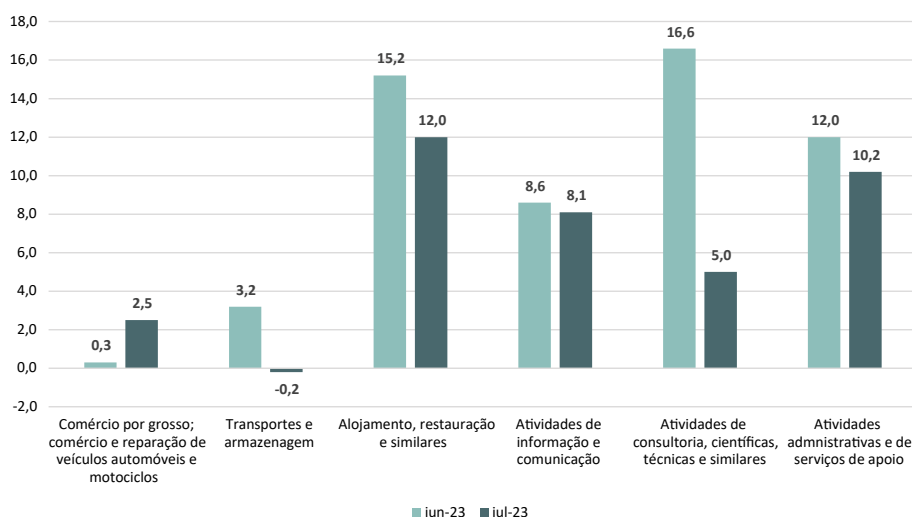
Volume de negócios nos Serviços desacelerou para 4,0% em julho

Em julho de 2023, o Índice de Volume de Negócios nos Serviços (IVNES)¹ foi superior em 4,0% ao de um ano antes, o que traduz um abrandamento de 0,4 p.p. face à variação homóloga registada no mês anterior.

A variação do IVNES foi influenciada sobretudo pelas seguintes secções:

- “Comércio por grosso; reparação de veículos automóveis e motociclos”, a única que registou uma aceleração na taxa de variação homóloga, atingindo 2,5% (+2,2 p.p. que em junho), originando o contributo mais influente (1,4 p.p.) para a variação total;
- “Alojamento, restauração e similares”, que contribuiu com 1,1 p.p. para a variação do índice agregado, em resultado de um crescimento de 12,0% (15,2% em junho); e
- “Atividades de consultadoria, científica, técnicas e similares”, que registaram a maior desaceleração entre todas as secções (-11,6 p.p.) face ao período anterior, apresentando uma variação de 5,0% e um contributo de 0,4 p.p. para o resultado total.

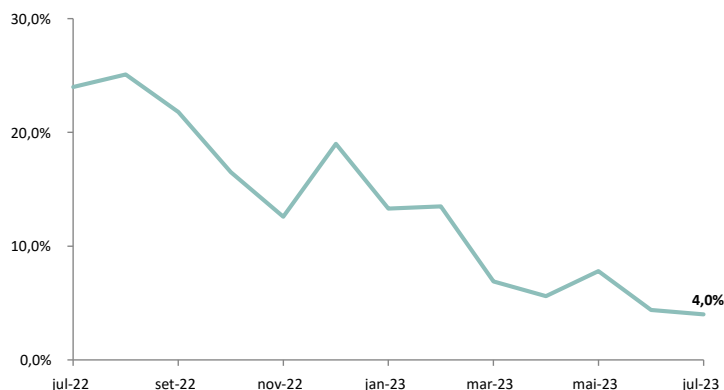
Secções que integram o IVNES, junho e julho de 2023
(variação homóloga, %)



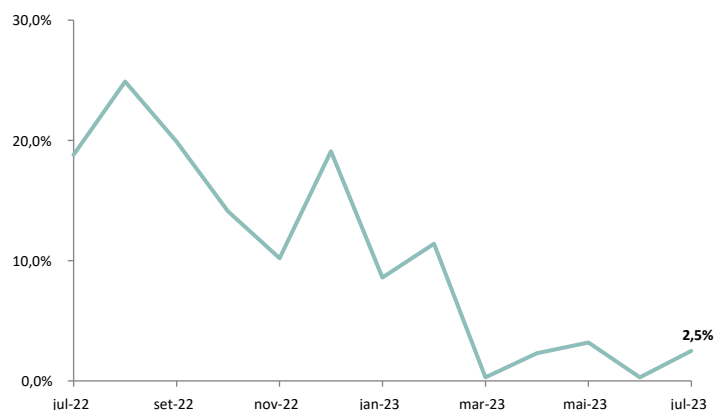
Os restantes índices relativos aos Serviços apresentaram, em julho, as seguintes variações homólogas:

- Emprego: 4,1% (3,8% em junho);
- Remunerações: 8,5% (12,3% em junho); e
- Horas trabalhadas (ajustado de efeitos de calendário): 2,9% (5,9% em junho).

Índice de Volume de Negócios
(variação homóloga)
Total

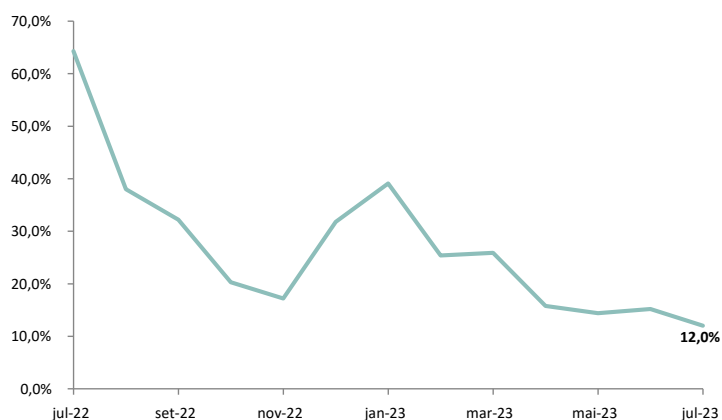


Índice de Volume de Negócios
(variação homóloga)
Comércio por grosso, comércio e reparação de veículos e motociclos

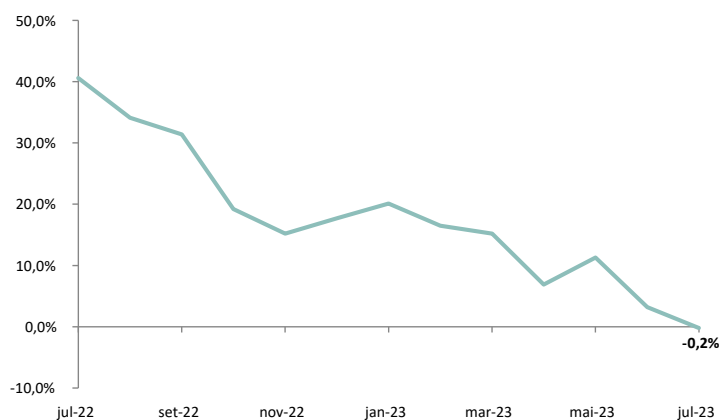


¹ O INE mede o volume de negócios nos serviços por via de um índice, o IVNES. O IVNES é baseado em dados nominais ajustados dos efeitos de calendário e da sazonalidade.

Índice de Volume de Negócios
(variação homóloga)
Alojamento, restauração e similares



Índice de Volume de Negócios nos Serviços
(variação homóloga)
Transportes e armazenagem



Ainda em julho de 2023, mas comparando com o mês anterior, o volume de negócios nos Serviços aumentou 1,0% (-2,7% no mês anterior).



Mais informação:
Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas nos Serviços – julho de 2023
11 de setembro de 2023

Número de óbitos em agosto aumenta 8,8% em relação ao mês anterior e 2,1% face ao mesmo mês de 2022

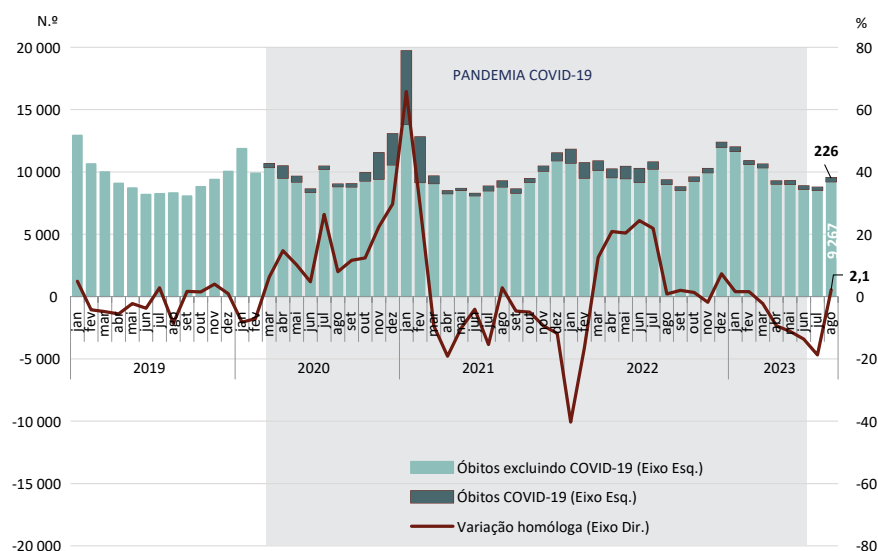
Mortalidade

Em agosto de 2023, foram registados 9 493 óbitos, o que representa acréscimos de 766 (+8,8%) face ao mês precedente e de 198 (+2,1%) relativamente a agosto de 2022.

Neste mês, o número de óbitos devidos a COVID-19:

- Subiu para 226, o que representa 2,4% da mortalidade total; e
- Registou um aumento de 86 óbitos relativamente ao mês anterior e uma redução de 10 óbitos face a agosto de 2022.

Óbitos e variação homóloga, Portugal, janeiro de 2019 a agosto de 2023



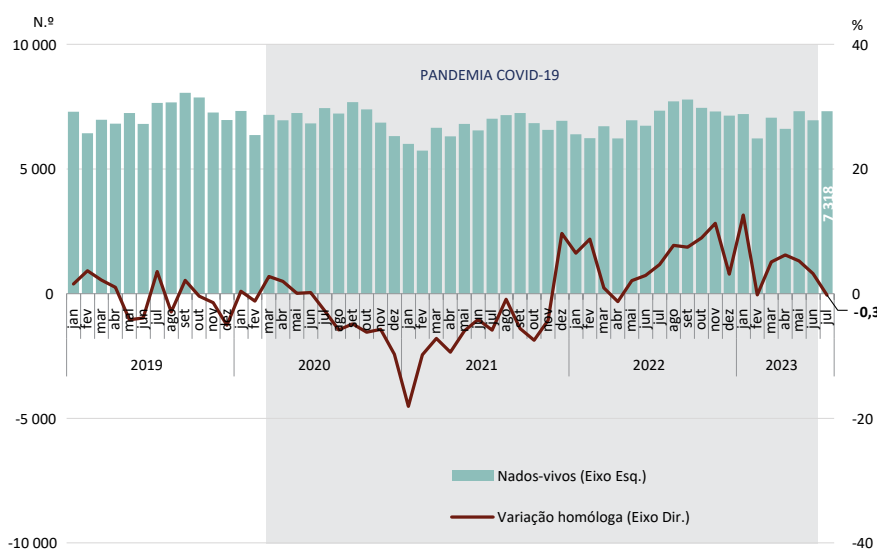
Nos primeiros oito meses de 2023, foram registados 78 864 óbitos, menos 5 217 (-6,2%) que no mesmo período de 2022.

Natalidade

Em julho de 2023, foram registados 7 318 nados-vivos, o que corresponde a um acréscimo de 365 (+5,2%) face ao mês anterior, mas a um decréscimo de 19 (-0,3%) relativamente a julho de 2022.

Os 48 673 nados-vivos registados nos primeiros sete meses de 2023 superaram em 2 083 (+4,5%) o número (46 590) registado no mesmo período de 2022.

Nados-vivos e variação homóloga, Portugal, janeiro de 2019 a julho de 2023

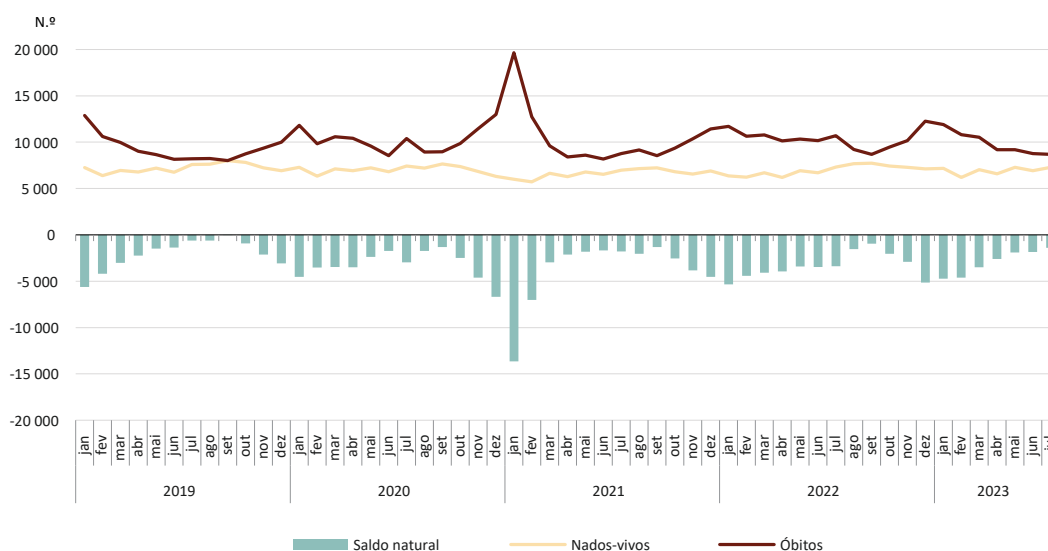


Saldo natural

Em julho de 2023, o saldo natural foi de -1 384, desagravando-se em relação ao registado em junho de 2023 (-1 839) e no mês homólogo de 2022 (-3 388).

Nos primeiros sete meses de 2023, o saldo natural acumulou um défice de 20 534, desagravando-se face ao observado no mesmo período de 2022, quando o défice foi de 28 047.

Nados-vivos, óbitos e saldo natural, Portugal, janeiro de 2019 a julho de 2023

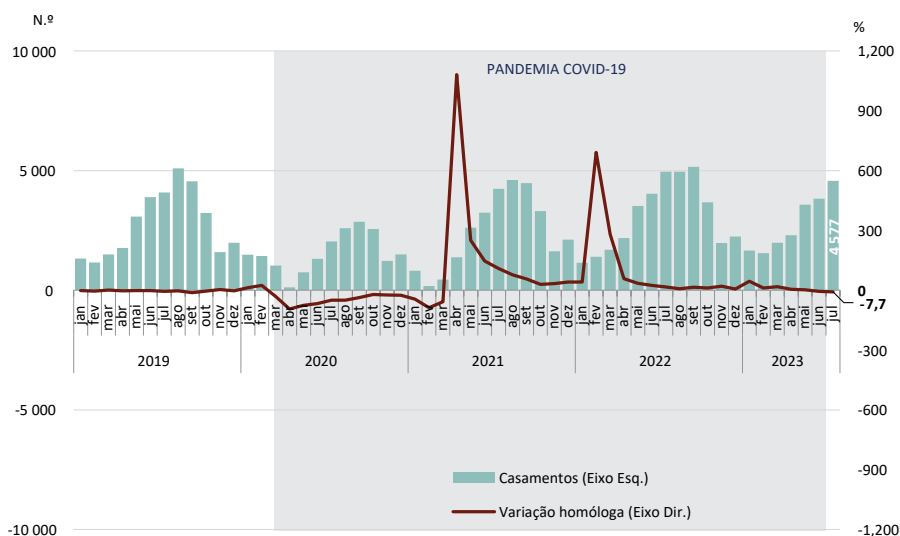


Casamentos

Em julho de 2023, celebraram-se 4 577 casamentos, valor que superou em 749 (+19,6%) o registado no mês precedente, mas foi inferior (-381; -7,7%) ao apurado para julho de 2022.

Nos primeiros sete meses de 2023, foram celebrados 19 486 casamentos, mais 556 (+2,9%) que no período homólogo de 2022.

Casamentos e variação homóloga, Portugal, janeiro de 2019 a julho de 2023

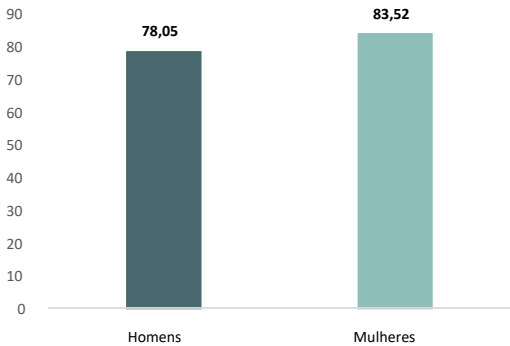


Esperança de vida à nascença e aos 65 anos mais elevada na Região Norte

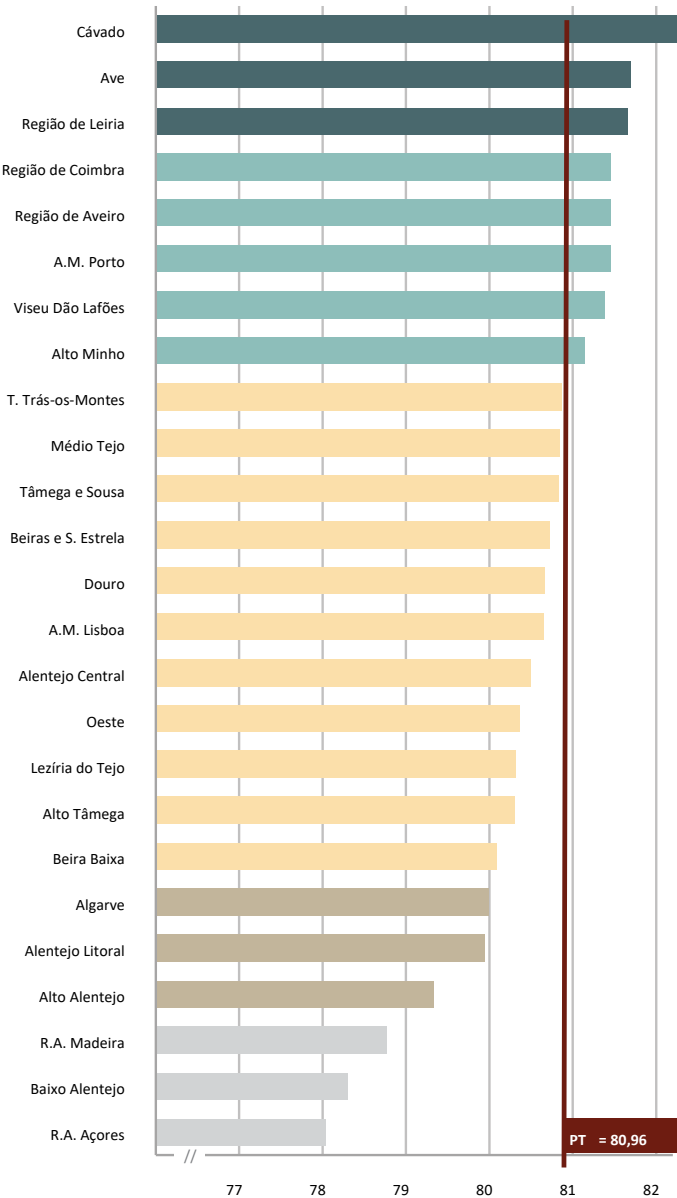
No triénio 2020-2022, a esperança de vida à nascença foi estimada em 80,96 anos (uma redução de 0,01 anos, ou seja, 0,12 meses face ano triénio anterior), com a seguinte diferenciação por sexos:



Esperança de vida à nascença em 2020-2022 (anos)



Esperança de vida à nascença, NUTS III, 2020-2022



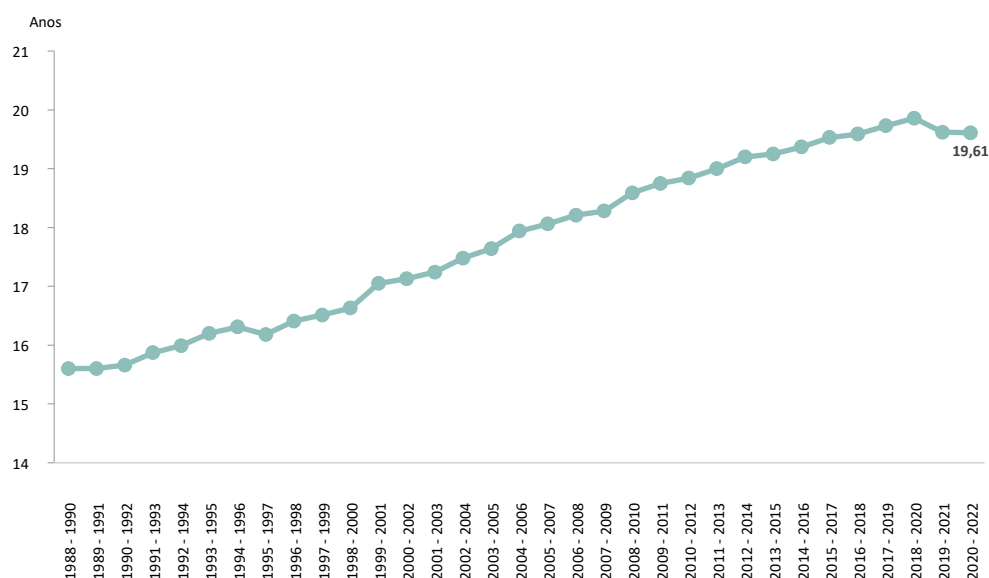
Estes valores representam, relativamente ao período 2019-2021, um aumento de 0,01 anos para os homens e uma diminuição de 0,01 anos para as mulheres, em resultado, ainda, do aumento do número de óbitos no contexto da pandemia COVID-19.

Por região NUTS II, no triénio 2020-2022, a esperança de vida à nascença mais elevada registou-se na região Norte, para o total da população (81,53 anos), para os homens (78,74 anos) e para as mulheres (84,02 anos).

Por NUTS III, a esperança de vida à nascença mais elevada registou-se no Cávado, a única região em que excedeu 82 anos (82,26 anos).

A esperança de vida aos 65 anos em Portugal, no período 2020-2022, foi estimada em 19,61 anos, sendo de 17,76 anos para os homens e de 20,98 anos para as mulheres. Estes valores correspondem a uma ligeira diminuição (-0,01 anos) para os homens, não se verificando alteração no caso das mulheres, relativamente a 2019-2021.

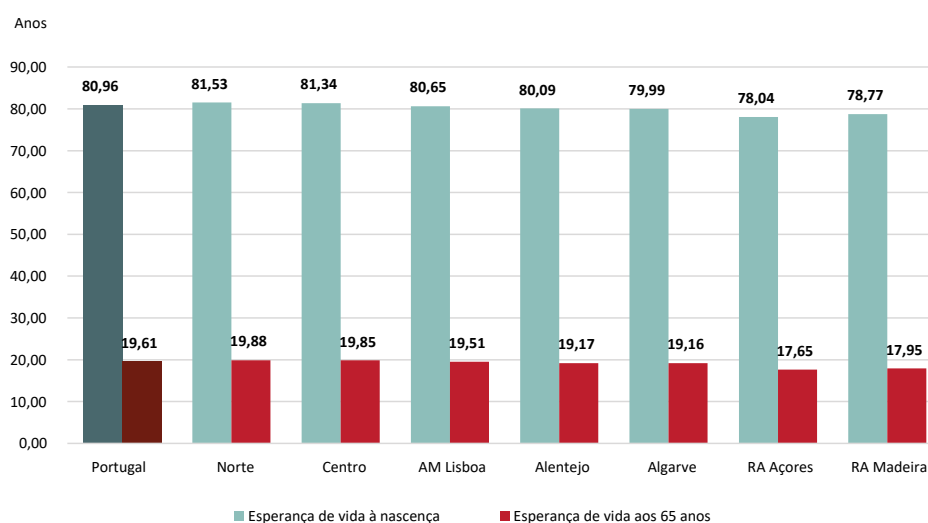
Esperança de vida aos 65 anos, 1989-1991 a 2020-2022



Por NUTS II, no triénio 2020-2022, a esperança de vida aos 65 anos mais elevada registou-se na região Norte, para o total da população (19,88 anos) e para os homens (18,17 anos), e na região Centro para as mulheres (21,24 anos).

Por NUTS III, as regiões Cávado e Viseu Dão Lafões registaram os valores mais elevados da esperança de vida aos 65 anos, respetivamente, 20,64 e 20,14 anos.

Esperança de vida à nascença e aos 65 anos, Portugal e NUTS II, 2020-2022

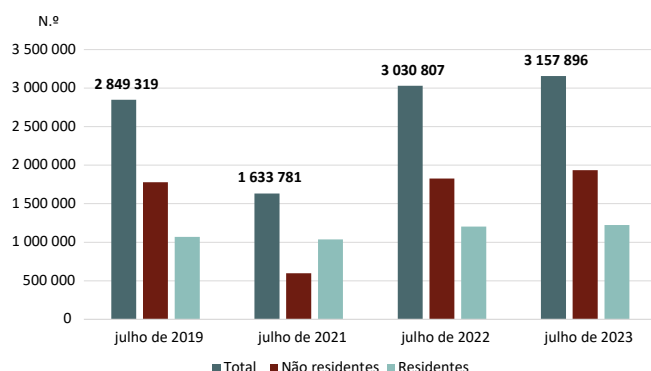


Proveitos da atividade turística seguem trajetória de desaceleração

Em julho de 2023¹, o sector do alojamento turístico² registou³:

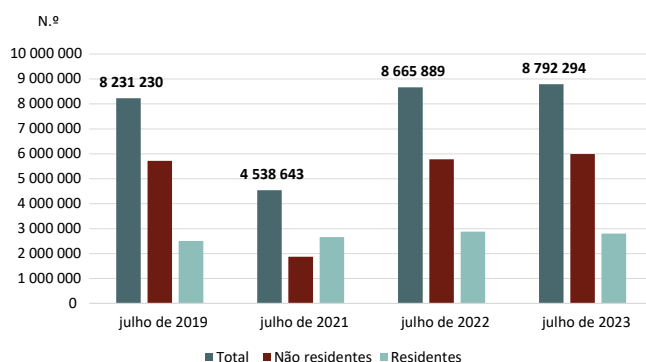
- 3,2 milhões de hóspedes;
- 8,8 milhões de dormidas;
- 754,0 milhões de euros de proveitos totais;
- 597,0 milhões de euros de proveitos de aposento;
- Uma taxa líquida de ocupação-cama de 59,2% (-1,9 p.p. face ao mesmo mês do ano anterior);

Hóspedes nos estabelecimentos turísticos, Portugal



- Uma taxa líquida de ocupação-quarto de 67,0% (-1,4 p.p. relativamente ao mesmo mês do ano anterior);
- Um rendimento médio por quarto disponível (RevPAR) de 92,4 euros (+7,4% face a julho de 2022 e +32,1% comparativamente ao mesmo mês de 2019); e
- Um rendimento médio por quarto ocupado (ADR) de 137,9 euros (+9,7% relativamente a julho de 2022 e +29,1% em comparação com o mesmo mês de 2019). O valor do ADR em julho de 2023 constitui um novo máximo histórico (o anterior máximo tinha sido registado em agosto de 2022: 136,0 euros).

Dormidas nos estabelecimentos turísticos, Portugal

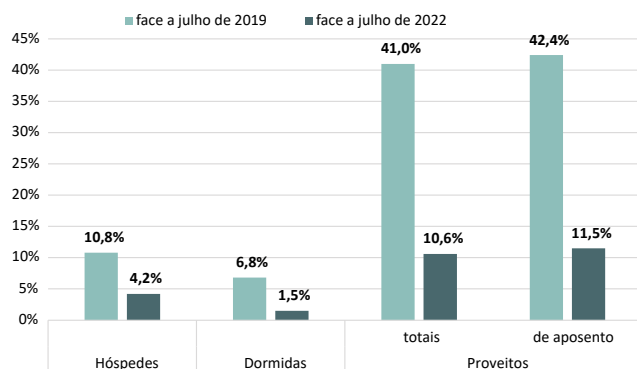


¹ A informação aqui divulgada integra: até final de 2022, resultados definitivos; de janeiro a junho de 2023, resultados provisórios; e relativamente a julho de 2023, resultados preliminares.

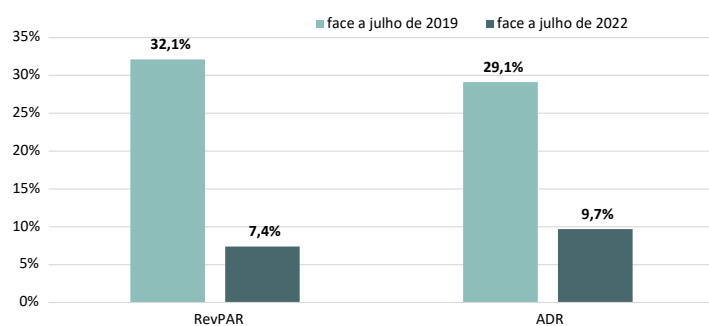
² Séries mensais que incluem três segmentos de alojamento: hotelaria (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, pousadas e quintas da Madeira), alojamento local com 10 ou mais camas (de acordo com o limiar estatístico previsto no Regulamento UE 692/2011) e turismo no espaço rural/de habitação.

³ Salvo indicação em contrário, as taxas de variação apresentadas neste destaque correspondem a taxas de variação homóloga, face ao mesmo período do ano anterior.

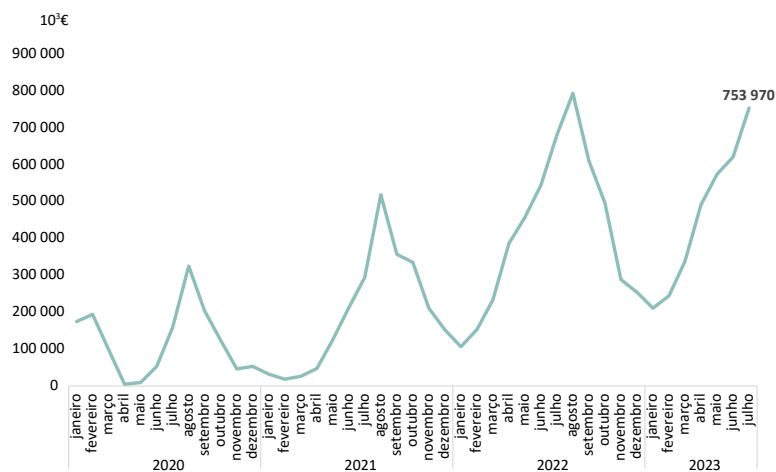
Varições homólogas de hóspedes, dormidas e proveitos no sector do alojamento turístico



Varições homólogas de RevPAR e ADR no sector do alojamento turístico



Proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico



Também em julho de 2023:

- O Algarve foi a região com maior peso nos proveitos totais e de aposento (36,2% e 35,5%, respetivamente), seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa (25,6% e 26,8%, pela mesma ordem), o Norte (13,6% e 13,9%) e a Região Autónoma da Madeira (9,1% e 8,2%);

Os maiores crescimentos ocorreram no Alentejo (+20,0% nos proveitos totais e +21,3% nos de aposento), na Região Autónoma dos Açores (+18,0% e +19,6%, respetivamente) e no Norte (+14,4% e +16,0%);

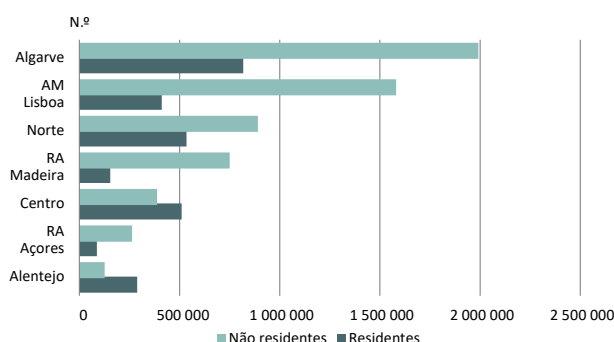
Face a julho de 2019, destacam-se as evoluções registadas na Região Autónoma da Madeira (+62,6% e +75,7%), no Alentejo (+56,1% e +60,1%) e na Região Autónoma dos Açores (+55,5% e +55,6%);

- Entre os municípios com maior representatividade no total de dormidas, Lisboa concentrou 16,2% (7,4% no caso dos residentes e 20,3% nos não residentes), atingindo 1,4 milhões. Comparando com julho de 2019, as dormidas no município de Lisboa aumentaram 6,1% (+1,8% nos residentes e +6,8% nos não residentes);

Albufeira manteve-se na 2.ª posição (peso de 12,5% no total), registando 1,1 milhões de dormidas, e continuou abaixo dos níveis registados em 2019 (-10,9% no total; -14,5% nos residentes e -9,6% nos não residentes); e

Ainda na comparação com julho de 2022, destacou-se Ourém, com o maior crescimento de dormidas (+27,2%) tanto de residentes (+15,1%), como de não residentes (+34,5%).

Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico,
por região NUTS II - julho de 2023



No período janeiro-julho de 2023, em termos homólogos:

- As dormidas totais cresceram 14,8% (+5,2% nos residentes e +19,4% nos não residentes);
- Os proveitos totais aumentaram 26,1% (+38,9% face ao mesmo período de 2019); e
- Os proveitos de aposento subiram 27,7% (+41,8% relativamente a janeiro-julho de 2019).

Considerando a generalidade dos meios de alojamento (estabelecimentos de alojamento turístico, campismo e colónias de férias e pousadas da juventude), no período janeiro-julho de 2023 registaram-se:

- 18,1 milhões de hóspedes (+17,1%); e
- 46,9 milhões de dormidas (+14,5%).

Face ao mesmo período de 2019, as dormidas na generalidade dos meios de alojamento aumentaram 9,9% (+10,7% nos residentes e +9,6% nos não residentes).

Dormidas mensais superam, pela primeira vez, os 10 milhões

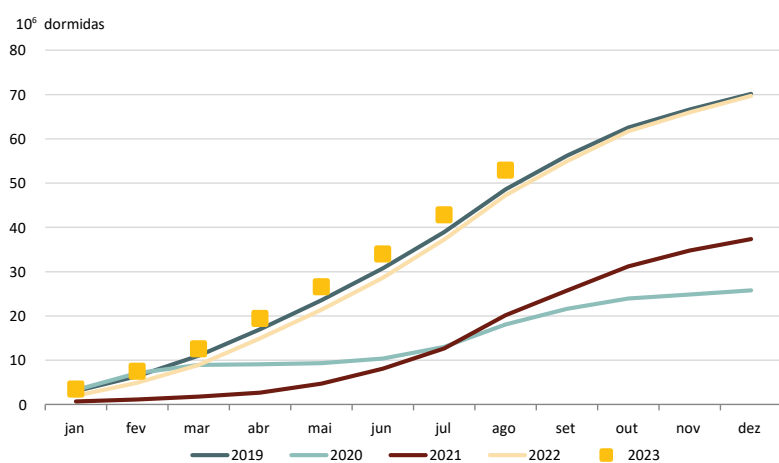
Em agosto de 2023, o sector do alojamento turístico¹ registou 3,5 milhões de hóspedes e 10,1 milhões de dormidas. Estes resultados representam aumentos de:

- 4,8%² nos hóspedes (+4,4% em julho); e
- 1,4% nas dormidas (+1,7% em julho).

Face a agosto de 2019, registam-se crescimentos de:

- 6,3% nos hóspedes; e
- 4,9% nas dormidas.

Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por mês
Valores acumulados



Em agosto de 2023, as dormidas geradas:

- Pelo mercado interno, diminuíram 6,9%, ficando pelos 3,5 milhões; e
- Pelos mercados externos, cresceram 6,4%, totalizando 6,6 milhões.

Face a agosto de 2019, observaram-se aumentos de:

- 0,9% nas dormidas de residentes; e
- 7,1% nas dormidas de não residentes.

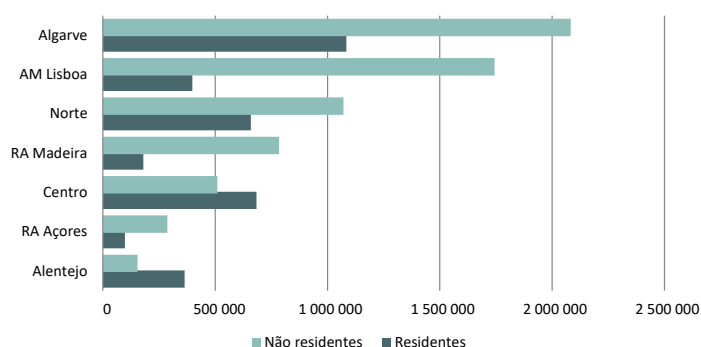
A distribuição do total de dormidas por tipo de alojamento, em agosto de 2023, foi a seguinte:

- Hotelaria: 79,8%;
- Alojamento local: 14,9%; e
- Turismo em espaço rural e de habitação: 5,3%.

Dormidas em agosto de 2023 – variações homólogas

Tipo de alojamento	Variação face a agosto de 2022	Variação face a agosto de 2019
Hotelaria	0,3%	+3,2%
Alojamento local	+6,8%	+6,0%
Turismo no espaço rural e de habitação	+4,4%	+33,8%

Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por
região NUTS II – agosto de 2023



No mês em análise, a estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico (2,85 noites) diminuiu 3,2% (-2,6% em julho), sendo de:

- 2,50 noites nos residentes (-4,9%); e
- 3,08 noites nos não residentes (-3,1%).

¹ Inclui três segmentos de alojamento: hotelaria (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, pousadas e quintas da Madeira), alojamento local com 10 ou mais camas (de acordo com o limiar estatístico previsto no Regulamento UE 692/2011) e turismo no espaço rural/de habitação.

² Salvo indicação em contrário, as taxas de variação apresentadas neste destaque correspondem a taxas de variação homóloga.

Os valores mais elevados deste indicador verificaram-se na Região Autónoma da Madeira (5,01 noites) e no Algarve (4,43 noites). As estadas médias mais curtas ocorreram no Centro (2,01 noites) e no Norte (2,08 noites).

Entre os dezasseis principais mercados emissores³, que representaram 88,6% das dormidas de não residentes, os que mais cresceram continuaram a ser:

- Os Estados Unidos: 28,9%; e
- O Canadá: 27,5%.

No sentido oposto, os maiores decréscimos ocorreram relativamente aos residentes:

- Na Finlândia (-10,4%); e
- Na Espanha (-4,3%).

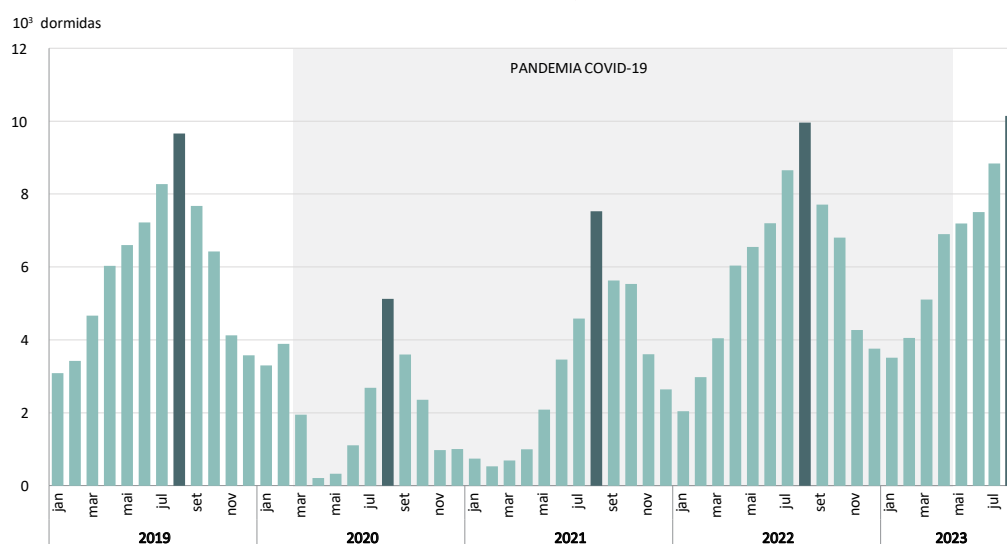
Ainda no que respeita às dormidas de não residentes em agosto de 2023 (principais mercados emissores), mas face ao mesmo mês de 2019:

- O britânico (17,5% do total) continuou a crescer (+6,2%);
- O espanhol (quota de 16,0%) diminuiu 5,4%;
- O francês (quota de 11,8%) registou uma ligeira diminuição, de 0,7%; e
- O alemão (quota de 9,0%) aumentou 9,3%.

Por outro lado (comparando também agosto de 2023 com agosto de 2019):

- Os mercados norte-americano e canadiano continuaram a destacar-se, com crescimentos de 65,6% e 60,1%, respetivamente; e
- Os maiores decréscimos observaram-se nas dormidas de hóspedes brasileiros (-19,3%), suecos (-13,8%) e finlandeses (-10,2%).

Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por mês



Em agosto de 2023, 10,4% dos estabelecimentos de alojamento turístico estiveram encerrados ou não registaram movimento de hóspedes (11,9% no mês anterior).

No período acumulado de janeiro a agosto de 2023:

- As dormidas aumentaram 12,0% (+2,4% nos residentes e +16,9% nos não residentes); e
- Comparando com o mesmo período de 2019, as dormidas cresceram 8,9% (+10,0% nos residentes e +8,4% nos não residentes).

³ Com base nos resultados provisórios de dormidas em 2022.

Transporte de passageiros mantém tendência de crescimento, mas menos acentuada

No 2.º trimestre de 2023, os aeroportos nacionais movimentaram 18,4 milhões de passageiros, o que corresponde a:

- +14,9% relativamente ao período homólogo de 2022; e
- +10,0% por comparação com o 2.º trimestre de 2019.

Os passageiros transportados sobre carris foram:

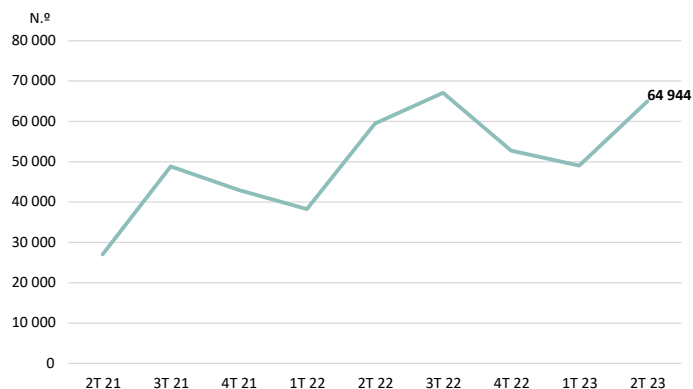
- 49,0 milhões por comboio, o que corresponde a acréscimos de 12,8% e 13,9% face, respetivamente, aos segundos trimestres de 2022 e de 2019; e
- 64,9 milhões por metropolitano, o que representa um aumento de 18,0% face ao trimestre homólogo de 2022 e uma redução de 5,3% relativamente ao 2.º trimestre de 2019.

O transporte de passageiros por via fluvial atingiu os 5,8 milhões, registando aumentos de 19,4% e de 5,6% por comparação com os trimestres homólogos de 2022 e de 2019, respetivamente.

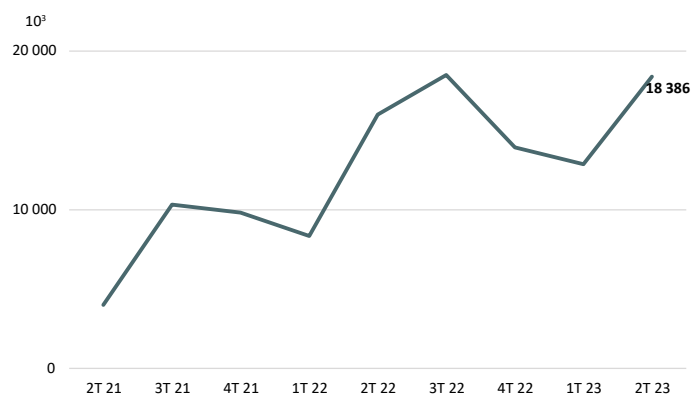
Quanto ao transporte de mercadorias, verificaram-se as seguintes variações face aos segundos trimestres de 2022 e de 2019, respetivamente:

- Via aérea: -1,5% e +7,3%;
- Ferrovia: -0,3% e +3,9%;
- Via marítima: +1,8% e +4,0%; e
- Rodovia: -12,1% e -16,5%.

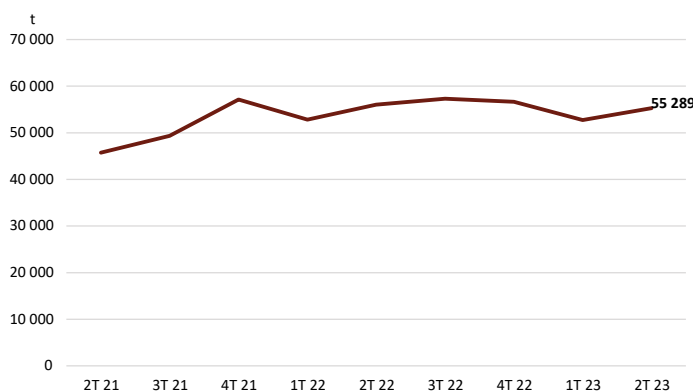
Aeronaves nos aeroportos nacionais



Passageiros nos aeroportos nacionais



Carga/correio nos aeroportos nacionais



Movimento médio diário dos passageiros nos aeroportos nacionais atingiu máximo histórico

Em julho de 2023, nos aeroportos portugueses:

- Aterraram 24,8 mil aeronaves em voos comerciais (+8,7% relativamente ao mesmo mês do ano anterior);
- O número de passageiros, no conjunto de embarques, desembarques e trânsitos diretos, foi 7,0 milhões (+12,5% face a julho de 2022);

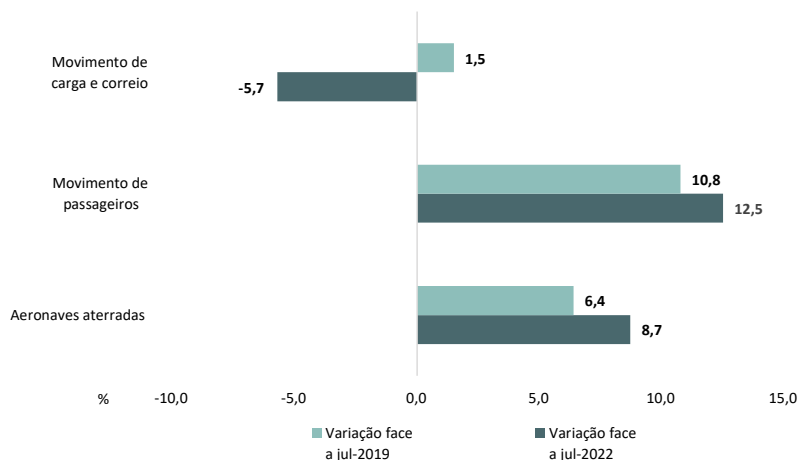
Em média, desembarcaram por dia 117,2 mil passageiros (+12,4% que em julho de 2022), que é o valor médio diário mais elevado desde que há registos; e

- O movimento de carga e correio totalizou 18,7 mil toneladas (-5,7% em comparação com o mesmo mês do ano anterior).

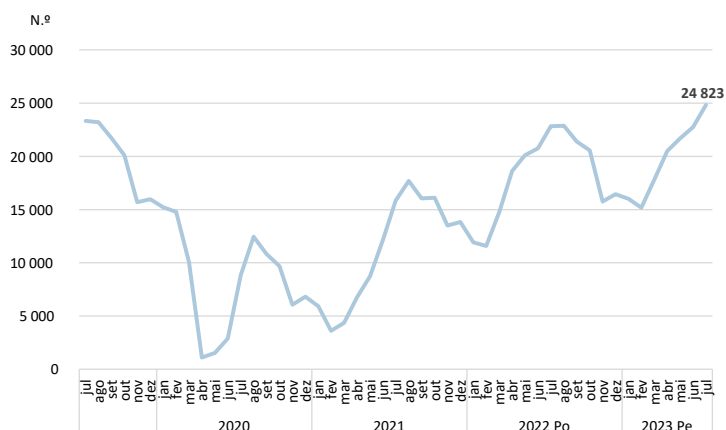
Relativamente a julho de 2019:

- O número de aeronaves aterradas foi superior em 6,4%;
 - O número de passageiros aumentou 10,8%;
- O número médio diário de passageiros desembarcados subiu 11,1%; e
- A carga e o correio movimentados cresceram 1,5%.

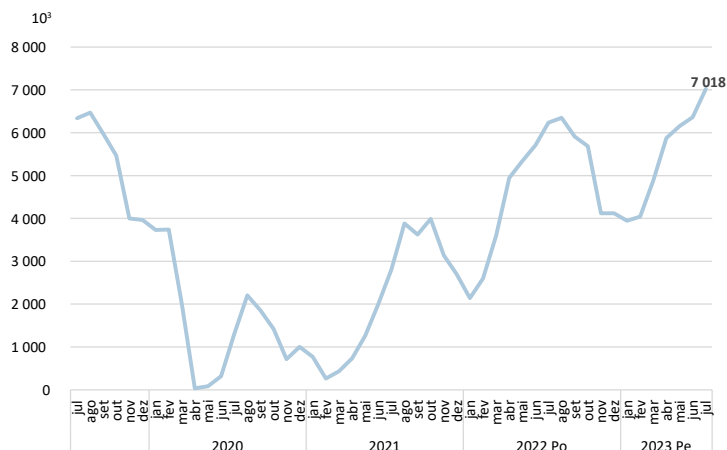
Movimento nos aeroportos nacionais, julho de 2023
(Variações homólogas, %)



Aeronaves nos aeroportos nacionais

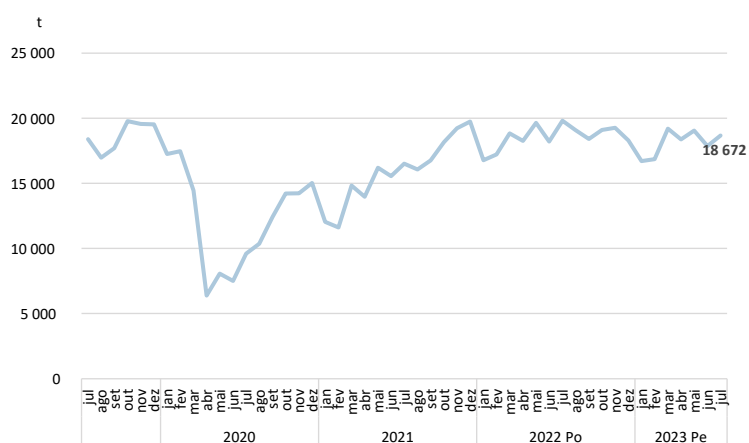


Passageiros nos aeroportos nacionais



Nota: Po = Valores provisórios; Pe = Valor preliminar.

Carga/correio nos aeroportos nacionais



Nota: Po = Valores provisórios; Pe = Valor preliminar.



No período janeiro-julho de 2023:

- Relativamente ao período homólogo do ano anterior, o número de passageiros aumentou 25,2%, enquanto o movimento de carga e correio registou um pequeno decréscimo (-1,6%);

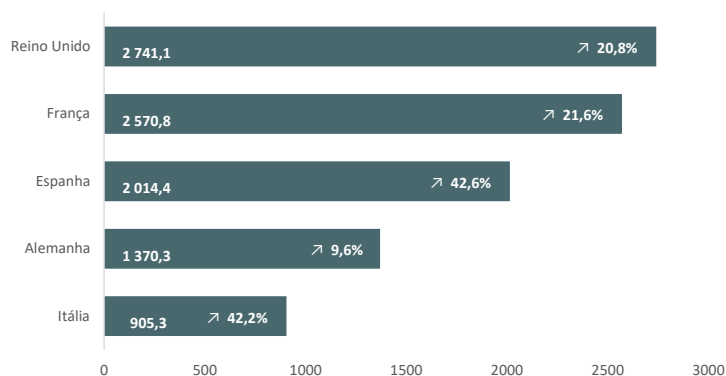
Comparando com o mesmo período de 2019, o número de passageiros cresceu 11,8% e o movimento de carga e correio aumentou 8,2%; e

- O aeroporto de Lisboa movimentou 50,0% (cerca de 19,1 milhões) do total de passageiros, o que representa um aumento de 27,1% comparando com igual período de 2022 (+8,0% face ao mesmo período de 2019);

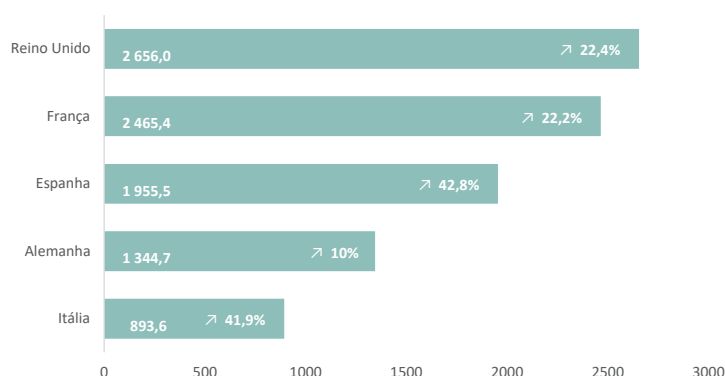
O aeroporto do Porto concentrou 22,4% do total de passageiros movimentados e, face a janeiro-julho de 2022, teve um acréscimo de 25,7% (+15,2% comparando com igual período de 2019); e

O aeroporto de Faro registou um crescimento de 19,2% (+5,4% face a janeiro-julho de 2019).

Passageiros desembarcados, por principais países de origem, janeiro-julho de 2023 (milhares e variação homóloga)



Passageiros embarcados, por principais países de destino, janeiro-julho de 2023 (milhares e variação homóloga)



Mais informação:
Estatísticas Rápidas do Transporte Aéreo – julho de 2023
14 de setembro de 2023

Indicador de atividade económica voltou a descer

Na Área do Euro, no 2.º trimestre de 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) em volume aumentou:

- 0,5% em termos homólogos (1,1% no 1.º trimestre); e
- 0,1% em cadeia (taxa idêntica à observada no trimestre anterior).

Em Portugal:

- O PIB em volume, no mesmo trimestre:
 - » Apresentou uma variação homóloga de 2,3% (2,5% no trimestre anterior); e
 - » Comparando com o trimestre precedente, registou uma taxa de variação nula, após um crescimento em cadeia de 1,6% no trimestre anterior.
- O Índice de Preços na Produção Industrial registou uma variação homóloga de -5,2% em agosto (após ter atingido -6,6% em julho), apresentando uma taxa negativa pelo quinto mês consecutivo;

O agrupamento “Energia” continuou a ser decisivo para a redução do índice total, com taxas de -24,7%, -25,6% e -18,6%, entre junho e agosto;

Excluindo a componente energética, este índice apresentou uma variação homóloga de -0,6% (0,1% em julho); e

O índice relativo aos “Bens de consumo” registou uma variação homóloga de 5,6% (6,4% no mês anterior), desacelerando pelo nono mês consecutivo, após ter atingido em novembro o valor mais elevado da série (16,2%);
- A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) aumentou para 3,7% em agosto, taxa superior em 0,6 p.p. à observada no mês anterior;

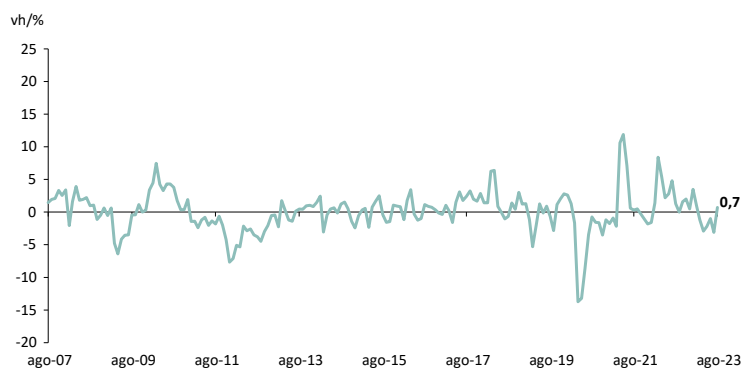
A variação homóloga do agregado relativo aos produtos energéticos fixou-se em -6,5% (-14,9% no mês precedente); e

O índice referente aos produtos alimentares não transformados desacelerou para 6,4% (variação de 6,8% em julho);
- Na vertente externa, no que respeita aos preços implícitos, registaram-se em julho variações de -4,2% nas exportações e -9,1% nas importações, respetivamente (-5,2% e -9,4% em junho, pela mesma ordem);
- Os indicadores de curto prazo relativos à atividade económica na perspetiva da produção, disponíveis para julho, apontam, em termos homólogos, para uma desaceleração em volume da Construção e em termos nominais dos Serviços, e para diminuições menos intensas na Indústria;
- Na perspetiva da despesa, em julho:
 - » O indicador de atividade económica abrandou, como já ocorrera em junho, registando taxa de variação homóloga próxima de zero; e
 - » O indicador de consumo privado desacelerou, enquanto o indicador de investimento acelerou;
- O indicador de clima económico, que sintetiza as questões relativas aos inquéritos qualitativos às empresas, diminuiu em julho e agosto, após ter estabilizado em junho; e
- As estimativas provisórias mensais do Inquérito ao Emprego indicam que, em julho:
 - » A taxa de desemprego (16 a 74 anos), ajustada de sazonalidade, foi de 6,3%, idêntica à do mês anterior (6,5% em abril e 6,0% em julho de 2022); e
 - » A taxa de subutilização do trabalho (16 a 74 anos) situou-se em 11,6%, valor inferior ao do mês anterior em 0,1 p.p. (12,0% em abril e 11,6% em julho de 2022).

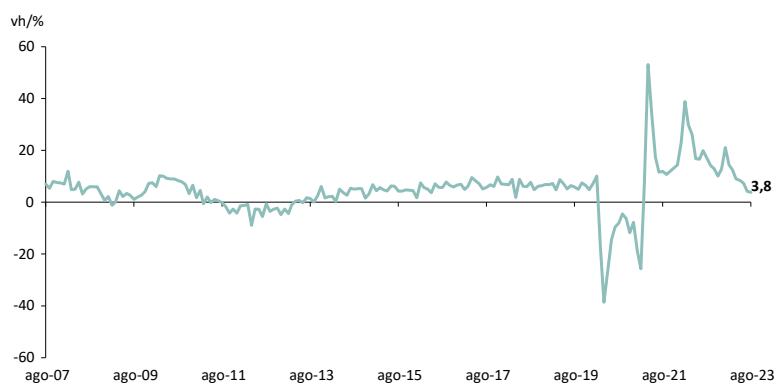
Alguns indicadores adicionais de atividade económica e de consumo privado, relativos a agosto (variações homólogas):

- O consumo médio de eletricidade em dia útil registou um crescimento de 0,7%, o que compara com taxas de -1,0% em junho e -3,1% em julho;

Consumo médio de energia elétrica (em dia útil)



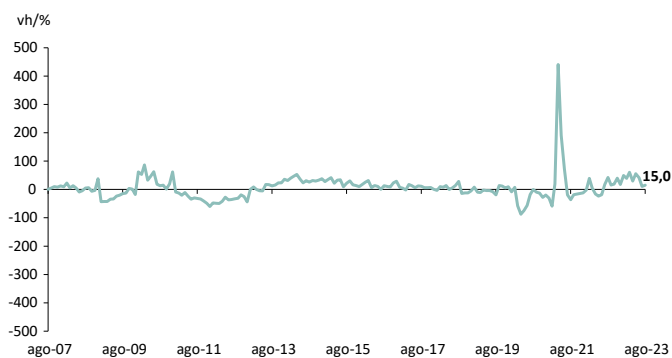
Operações na rede multibanco (valor)



- O montante global de levantamentos nacionais, de pagamentos de serviços e de compras em terminais TPA apresentou um aumento de 3,8% (4,2% no mês anterior);

Excluindo o pagamento de serviços, verificou-se um aumento de 4,5% (4,8% em julho); e

Vendas de automóveis ligeiros de passageiros



- As vendas de automóveis ligeiros de passageiros registaram um crescimento de 15,0%, acelerando face ao aumento de 10,8% verificado no mês anterior.

Indicadores de confiança dos consumidores e de clima económico voltaram a diminuir

O indicador de confiança dos Consumidores diminuiu em agosto e setembro, de forma mais expressiva no último mês, após ter registado em julho o valor máximo desde fevereiro de 2022.

O saldo das opiniões dos Consumidores sobre a evolução passada dos preços diminuiu nos últimos cinco meses, afastando-se do patamar elevado em que se encontrava, próximo do valor máximo da série registado em outubro.

O indicador de clima económico diminuiu entre julho e setembro, após ter estabilizado em junho.

Os indicadores de confiança, entre julho e setembro:

- Diminuíram no “Comércio” e nos “Serviços”; e
- Aumentaram na “Construção e Obras Públicas” e na “Indústria Transformadora”;

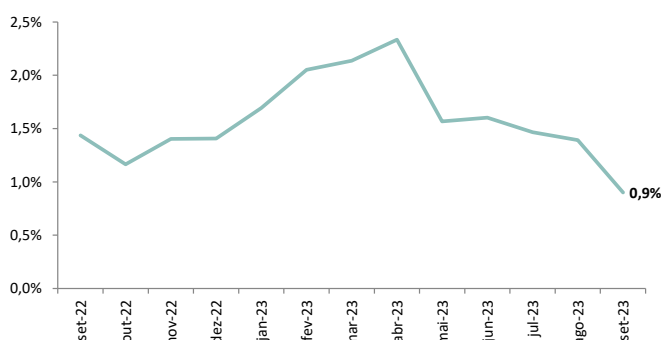
No caso da “Indústria Transformadora”, o indicador de confiança aumentou nos agrupamentos “Bens de Consumo” e “Bens Intermédios”, tendo diminuído expressivamente no agrupamento “Bens de Investimento”, em consequência da intensa redução observada no subagrupamento de “Fabricação de Veículos Automóveis”.

O saldo das expectativas dos empresários sobre a evolução futura dos preços de venda:

- Aumentou na “Indústria Transformadora” em agosto e setembro, interrompendo a trajetória marcadamente descendente iniciada em novembro, que culminou em julho no valor mais baixo desde maio de 2020;
- Também subiu nos últimos dois meses no “Comércio” e na “Construção e Obras Públicas”; e
- Nos “Serviços”, aumentou nos últimos três meses.

A recolha de informação na qual se baseia o destaque a partir do qual foi elaborada esta síntese decorreu de 01 e 15 de setembro no caso do inquérito aos consumidores, e entre 01 a 22 de setembro no caso dos inquéritos às empresas.

Indicador de Clima Económico

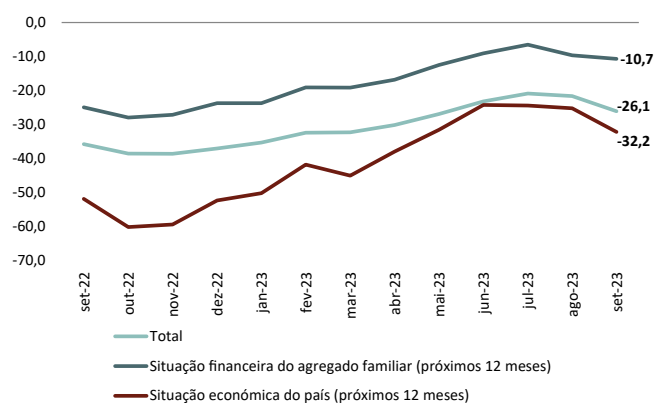


¹ O indicador de clima económico sintetiza os saldos de respostas extremas das questões relativas aos inquéritos às empresas.

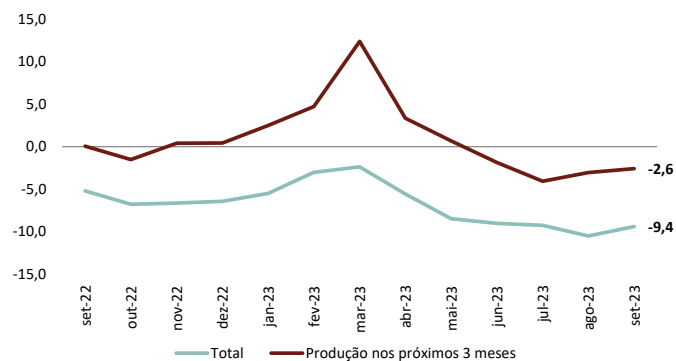
Indicadores de confiança (SRE*)

(valores das séries de base mensais, corrigidos de sazonalidade)

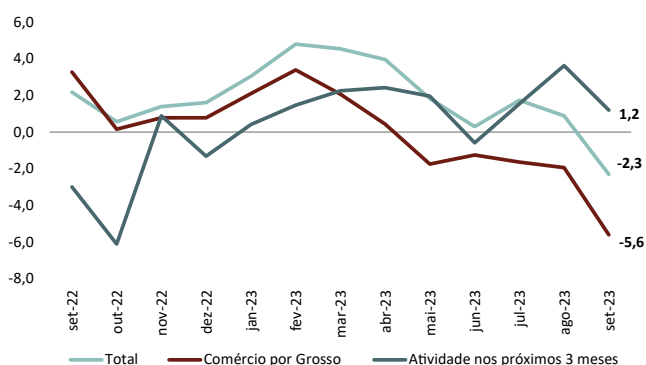
Indicador de Confiança dos Consumidores



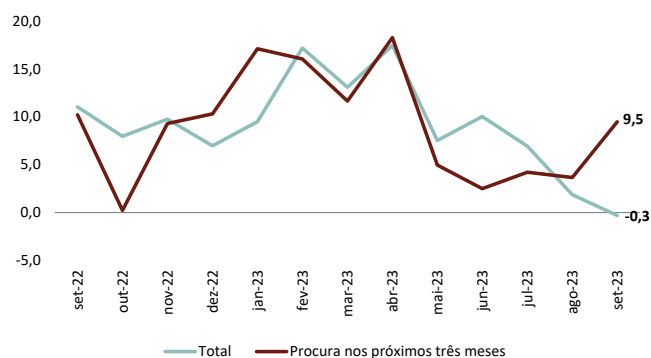
Indicador de Confiança da Indústria Transformadora



Indicador de Confiança do Comércio



Indicador de Confiança dos Serviços



* SRE – Saldo de respostas extremas

Mais informação:
Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores – setembro de 2023
28 de setembro de 2023



Vendas no Comércio a Retalho diminuíram 0,3%

O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho¹ registou uma variação homóloga de -0,3% em agosto de 2023 (+4,0% no mês anterior).

Considerando os agrupamentos que integram este índice, e também em termos homólogos:

- Os “Produtos Alimentares” aceleraram 0,3 p.p. face ao mês anterior, para uma taxa de 2,8%; e
- Os “Produtos Não Alimentares” recuaram 7,6 p.p., diminuindo 2,5%.

No âmbito do Comércio a Retalho, registaram-se ainda as seguintes taxas de variação homóloga:

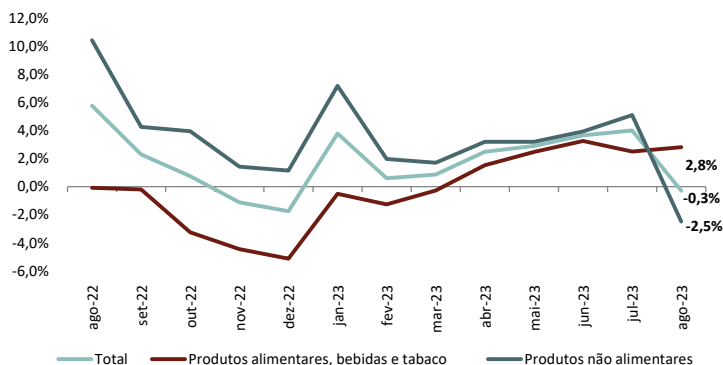
- Índice de emprego: 1,6% (valor igual no mês anterior);
- Índice de remunerações: 7,7% (7,2% no mês anterior); e
- Índice de horas trabalhadas : 1,3% (1,9% no mês anterior).

A variação mensal do índice em agosto de 2023 voltou a terreno negativo: -3,0% (+1,5% em julho).

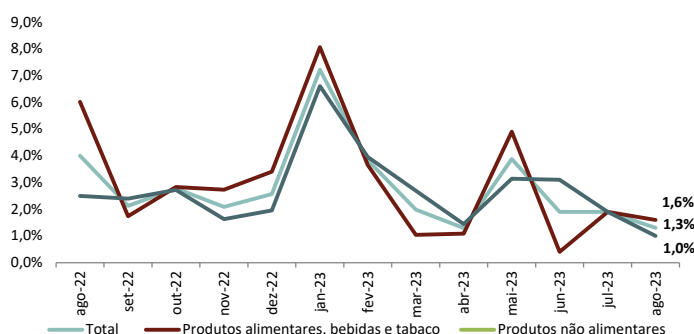
Em termos nominais, registaram-se em agosto as seguintes variações homólogas:

- Índice agregado: 3,5% (4,2% no mês anterior);
- “Produtos Alimentares”: 10,8% (7,7% no mês precedente); e
- “Produtos não Alimentares”: -2,8% (1,0% em julho).

Volume de Negócios no Comércio a Retalho
(variação homóloga, %)



Horas trabalhadas no Comércio a Retalho
(variação homóloga, %)



¹ Índice total, ajustado de efeitos de calendário e de sazonalidade, deflacionado.

² Índice de horas trabalhadas ajustadas de efeitos de calendário.

Em 2022, o Produto Interno Bruto ascendeu a 242,3 mil milhões de euros

Em 2022:

- O Produto Interno Bruto (PIB) atingiu a 242,3 mil milhões de euros, o que representou um crescimento nominal de 12,2% e constitui a taxa mais elevada desde 1992, após o aumento de 7,7% registado em 2021 e a forte contração (-6,5%) de 2020, devida aos efeitos adversos da pandemia na atividade económica;

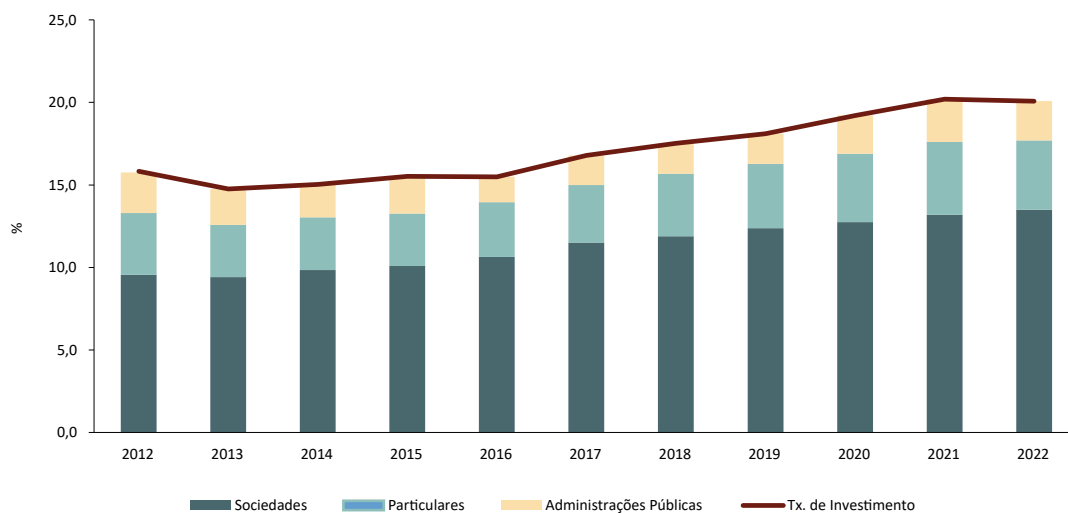
O expressivo crescimento nominal do PIB ocorreu num contexto de aceleração dos preços, com o deflator do PIB a aumentar 5,0% (1,9% em 2021);

Em termos reais, o PIB aumentou 6,8% (5,7% em 2021);

Todas as principais componentes da despesa aumentaram significativamente, destacando-se as exportações de serviços, com um crescimento de 40,8% em volume (56,9% em valor);

O investimento aumentou de forma moderada (3,5% em volume);

Taxa de investimento por sector institucional (% do PIB)

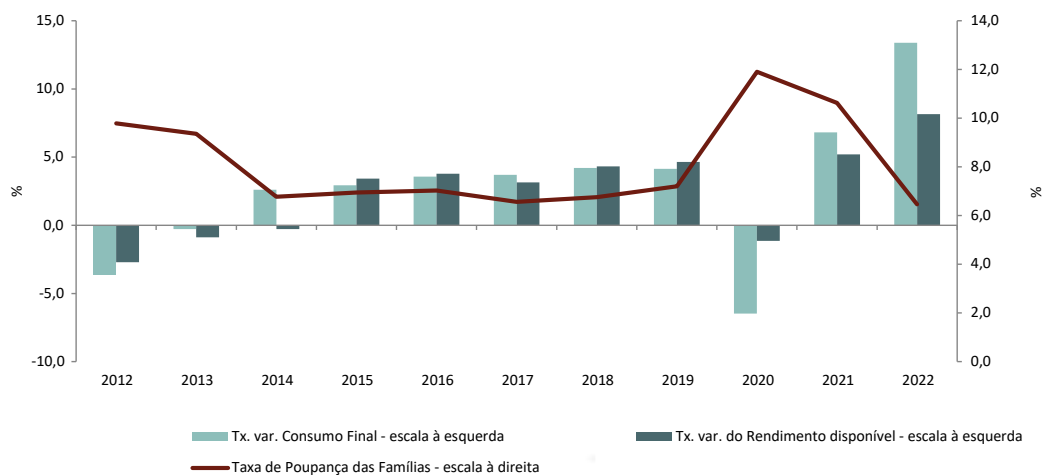


- O Valor Acrescentado Bruto aumentou 12,1% em termos nominais e 6,5% em volume, após variações de 7,0% e 5,5%, respetivamente, em 2021;

Destacam-se os ramos “Alojamento e restauração”, “Transportes e Armazenagem” e “Outros serviços”, que apresentaram as taxas de crescimentos em volume mais intensas: 50,0%, 20,4% e 13,0%, respetivamente;

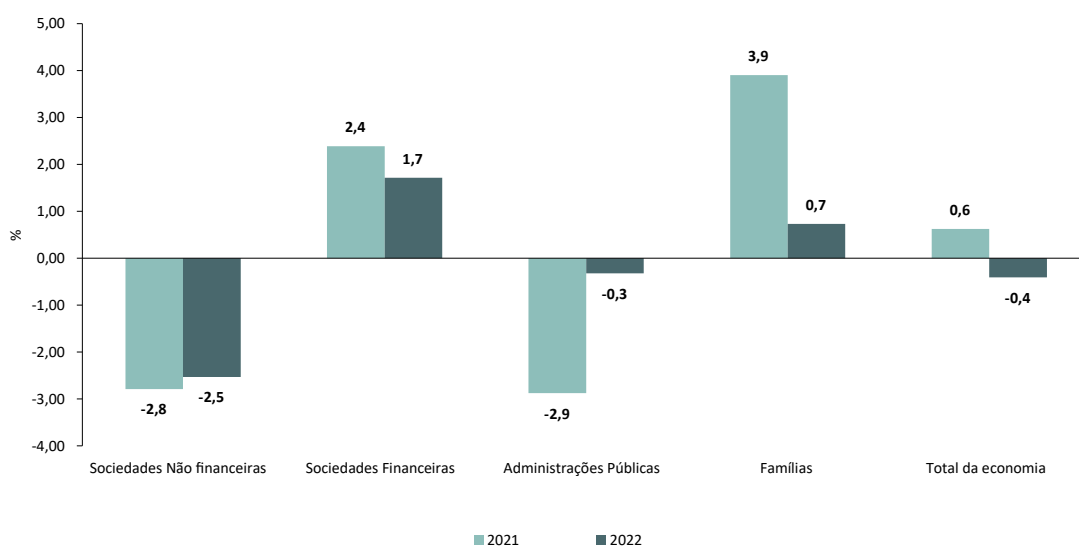
- O Rendimento Nacional Bruto cresceu 11,7%, após um aumento de 8,4% em 2021;
- A taxa de poupança das famílias diminuiu para 6,5%, menos 4,1 p.p. que no ano anterior, refletindo o expressivo aumento do consumo privado; e

Taxa de poupança das Famílias



- A necessidade de financiamento da economia atingiu 0,4% do PIB, o que representa um agravamento do saldo em 1,0 p.p. face ao ano anterior.

Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por sector institucional



O saldo externo da economia portuguesa aumentou para 1,6% do PIB

No 2.º trimestre de 2023:

- A economia portuguesa¹ registou uma capacidade de financiamento de 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB), mais 1,1 p.p. que no trimestre anterior;
- O Rendimento Nacional Bruto (RNB) e o Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentaram ambos 2,3% (crescimentos também idênticos no trimestre anterior para ambos os agregados: 2,4%);
- O aumento do saldo externo da economia refletiu principalmente o aumento de 0,4 p.p. registado no saldo das Sociedades Financeiras; e
- Os saldos das Sociedades Não Financeiras e das Famílias² aumentaram ambos 0,3 p.p. do PIB.

No que respeita mais especificamente às Famílias:

- O seu RDB aumentou 1,9% face ao trimestre anterior, verificando-se crescimentos de 2,7% e 0,4% das remunerações e do Valor Acrescentado Bruto (VAB), respetivamente;
- A despesa de consumo final aumentou 1,6% (2,5% no trimestre anterior), determinando a redução da taxa de poupança para 5,7% (5,3% no trimestre anterior), o que conduziu a uma capacidade de financiamento de 0,5% do PIB (0,2% do PIB no trimestre anterior); e
- Em termos reais, o RDB ajustado *per capita* aumentou 0,4%.

Quanto às Sociedades Não Financeiras:

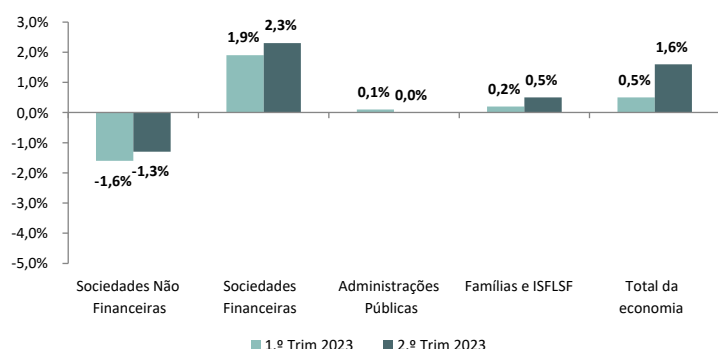
- O seu saldo fixou-se em -1,3% do PIB, melhorando em 0,3 p.p. face ao trimestre anterior; e
- O VAB registou um aumento de 3,0%, idêntico ao crescimento das remunerações pagas, enquanto a Formação Bruta de Capital cresceu 0,4%.

Por sua vez, o saldo das Sociedades Financeiras atingiu 2,3% do PIB, com o VAB do sector a crescer 9,4%, refletindo o crescimento da margem de intermediação financeira obtida pelas instituições bancárias na concessão de crédito e na captação de depósitos, devido ao aumento significativo das taxas de juro, em particular sobre os créditos.

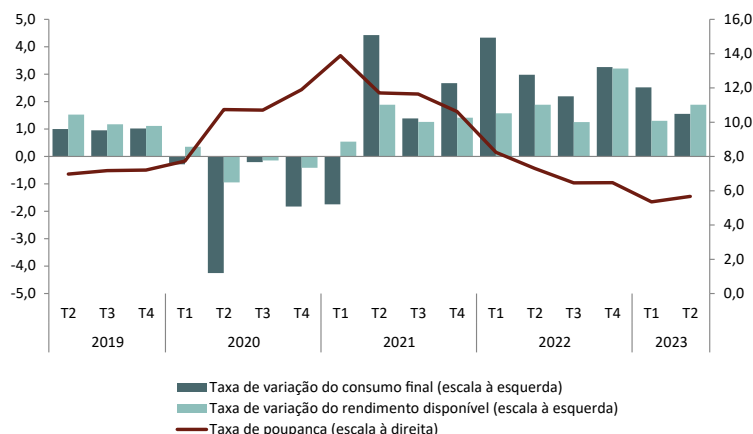
Relativamente ao sector das Administrações Públicas (AP):

- O seu saldo foi nulo, após uma capacidade de financiamento de 0,1% do PIB no 1.º trimestre de 2023; e
- Considerando os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre:
 - » O saldo das AP no 2.º trimestre de 2023 foi positivo em 689,0 milhões de euros, correspondendo a 1,0% do PIB, o que compara com 1,4% no período homólogo; e
 - » Verificou-se, também face ao mesmo período do ano anterior, um aumento de 7,8% da receita e de 8,9% da despesa.

Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por sector institucional
(em % do PIB, ano acabado no trimestre)



Taxa de poupança das Famílias e ISFLSF (%; ano acabado no trimestre)



¹ Salvo indicação em contrário, a informação apresentada refere-se ao ano acabado no trimestre de referência. Na comparação entre trimestres consecutivos são utilizadas, em regra, taxas de variação em cadeia entre o ano acabado no trimestre em causa e o ano terminado no trimestre precedente. As taxas de variação apresentadas são nominais.

² Inclui Famílias e Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias.

Principais Agregados das Administrações Públicas – 2022

De 2021 para 2022, a receita total das Administrações Públicas:

- Aumentou 10,1% (cerca de 9,8 mil milhões de euros) em termos totais;
- Cresceu 11,6% (aproximadamente 10,9 mil milhões de euros) em termos correntes, mas a diferentes velocidades nas suas três grandes componentes, salientando-se os impostos sobre o rendimento e o património: +23,7%; e
- Diminuiu 43,1% (cerca de 1,1 mil milhões de euros) em termos de receita de capital.

(Tenha-se em conta que, em 2021, se verificou o reembolso da margem paga antecipadamente relativa aos empréstimos concedidos ao abrigo do Programa de Assistência Financeira a Portugal no âmbito do Mecanismo Europeu de Estabilidade.)

No mesmo período, a despesa das Administrações Públicas:

- Aumentou 4,2% (cerca de 4,3 mil milhões de euros) em termos totais;
- A despesa de capital cresceu significativamente mais do que a despesa corrente: +10,8% e +3,7%, respetivamente;
- Para o aumento da despesa corrente contribuíram os acréscimos registados nas prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie (7,2%) e, em menor grau, nas remunerações (3,1%), verificando-se um decréscimo de cerca de 37% nos subsídios pagos e de 10,1% nos juros pagos; e
- O aumento da despesa de capital resultou dos crescimentos das transferências de capital concedidas (26,3%) e, em menor grau, da formação bruta de capital (3,1%).

Em 2022, o sector das Administrações Públicas (AP) apresentou um saldo negativo (necessidade líquida de financiamento) de 779 milhões de euros, correspondente a -0,3% do PIB (-2,9% em 2021 e -5,8% em 2020).

Saldos das Administrações Públicas

Unid.: Milhões de euro

Código da Operação	Designação da operação	2021	2022
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	-6 215	-779
	Saldo corrente	-498	6 958
B.9-D.41	Saldo primário	-1 024	3 885

Procedimento dos Défices Excessivos – 2.ª Notificação de 2023

Em 2022, nas Administrações Públicas (resultados provisórios):

- O saldo atingiu -779,1 milhões de euros, o que correspondeu a -0,3% do PIB (-2,9% em 2021);
- A dívida bruta diminuiu para 112,4% do PIB (124,5% no ano anterior); e
- A melhoria significativa do saldo em contabilidade pública resultou de um crescimento da receita (10,1%) superior ao da despesa (4,2%);

O aumento da receita decorreu, essencialmente, da evolução positiva da receita fiscal e contributiva, refletindo a recuperação da atividade económica e do mercado de trabalho face a 2021, ainda condicionado pelo choque pandémico; e

A despesa refletiu os efeitos de algumas medidas de política pública no contexto da pandemia COVID-19 (em grau inferior ao observado nos dois anos anteriores) e também novas medidas de mitigação dos efeitos dos elevados preços de diversos bens e serviços, nomeadamente bens energéticos, em consequência do designado “choque geopolítico”.

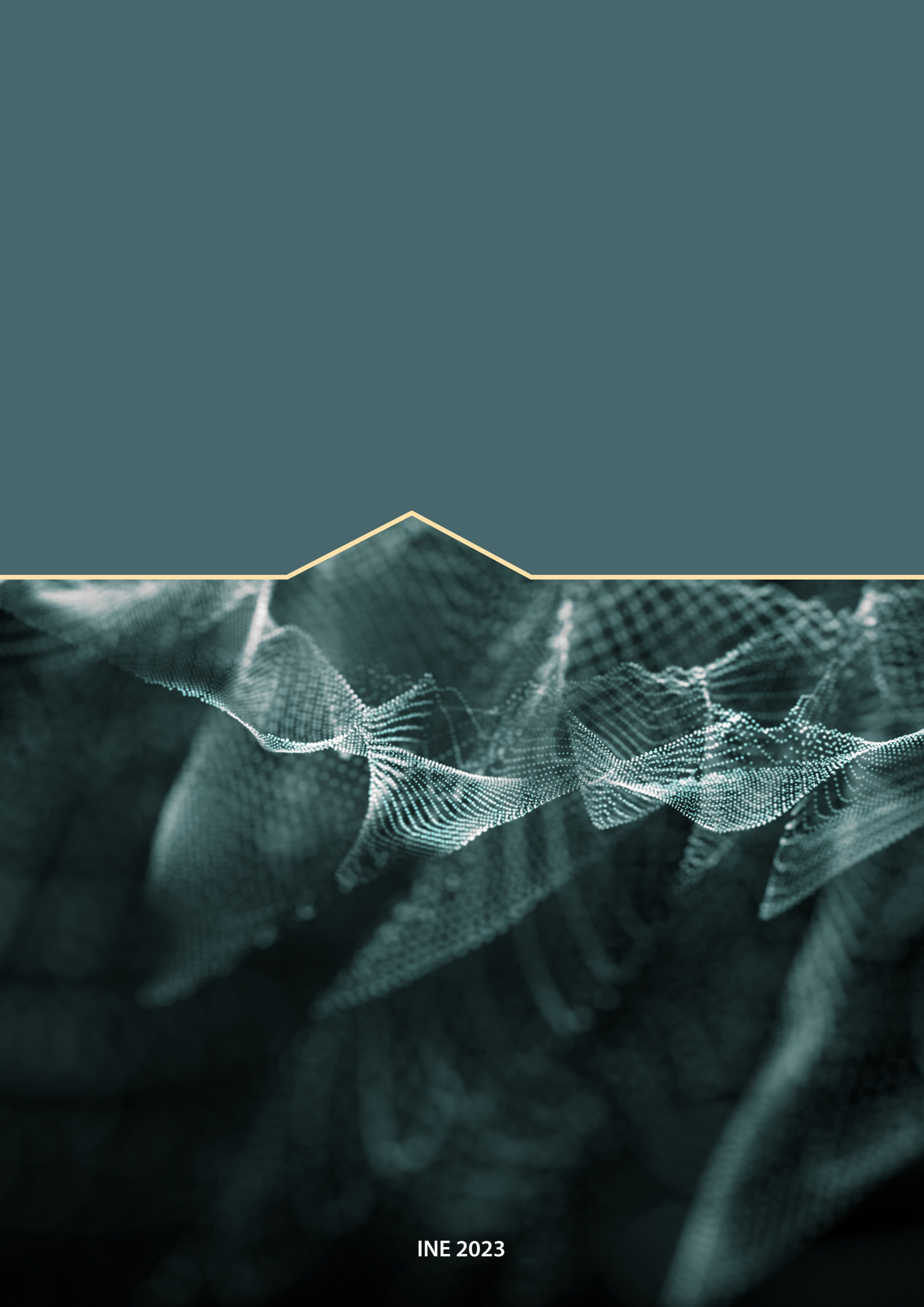


De acordo com a informação disponível incluída nos boletins de execução orçamental mensais da Direção-Geral do Orçamento, o impacto direto das medidas de política pública no saldo em contabilidade nacional terá ascendido, em 2022, a cerca de -2,2% do PIB (-2,7% em 2021).

Passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional Principais ajustamentos

Unid.: Milhões de euros

	2021	2022
Saldo em contabilidade pública	-8 867,9	-3 599,1
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	3 799,1	3 381,2
Diferença entre juros pagos e devidos	1 013,4	1 136,3
Outros valores a receber	410,3	567,9
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	916,6	648,8
<i>Outros</i>	-506,2	-80,9
Outros valores a pagar:	-19,9	-119,7
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	25,9	-103,0
<i>Outros</i>	-45,8	-16,8
Outros ajustamentos:	-2 550,2	-2 145,8
<i>Injeções de capital e assunções de dívidas</i>	-3 824,6	-3 902,5
<i>Outros</i>	1 274,4	1 756,7
Saldo em contabilidade nacional	-6 215,3	-779,1



INE 2023